



intermed SAUDÁVEL

O QUE ESTÁ EM JOGO NO DEBATE SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS



VIVA O PNI!

Para celebrar os 50 anos do Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Centro Cultural do Ministério da Saúde organizou uma exposição que homenageia o Zé Gotinha, símbolo da vacinação no país. Criado em 1986 pelo artista Darlan Rosa, o personagem ganhou releituras e interpretações de 20 artistas brasileiros. Entre eles, o ilustrador mato-grossense Hugo Alberto, que imaginou o Zé Gotinha nas formas do Abaporu, de Tarsila do Amaral.

RADIS

edição 253 ■ out 2023

CAPA: ILUSTRAÇÃO DIGITAL DE EDUARDO DE OLIVEIRA

EDITORIAL

3 Sim à regulação da internet no Brasil

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

10 CAPA | DIREITO À COMUNICAÇÃO
Porque regular a internet é preciso?

16 O ataque das plataformas

ENTREVISTA | EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

20 "Ultrapassamos o limite"

LIVROS

24 Para ver e escutar os Yanomami

COMUNICAÇÃO POPULAR

26 Meu país Pavuna

EDUCAÇÃO

31 Para aprender brincando

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO

35 Marco temporal:
o novo capítulo da colonização

SIM À REGULAÇÃO DA INTERNET NO BRASIL

ROGÉRIO LANNES ROCHA*

Assim como deve ser regulada qualquer atividade que possa colocar em risco o exercício de direitos fundamentais, para que haja a proteção desses direitos em relação a abusos resultantes de concentração do poder econômico ou a restrições aos direitos individuais e coletivos, a internet precisa ter atualizada a sua insuficiente regulação.

Do ponto de vista do direito à comunicação, uma regulação adequada da internet deve garantir a liberdade de expressão e, simultaneamente, a responsabilidade pelos conteúdos divulgados. No campo da saúde, a regulação pode prevenir, por exemplo, uma epidemia de desinformação e fake news como se viu durante a pandemia de covid-19, uma das responsáveis pela ampliação do risco à saúde e do número de pessoas que perderam as suas vidas.

O impulsionamento de fake news e discursos de ódio em busca de maior engajamento e lucro por parte das empresas de tecnologia que controlam as redes sociais tem sido, nos últimos anos, um fator de estímulo a atos de discriminação e violência e de interferência indevida em processos eleitorais e democráticos no Brasil e no exterior.

Esse é o tema da reportagem de capa assinada pelo repórter Glauber Tiburtino, que ouviu especialistas em direito à comunicação e proteção de dados, integrantes do Comitê Gestor da Internet no Brasil, organizações voltadas à proteção de direitos na rede, parlamentares, pesquisadores de internet e mídias e de informação em saúde e o Conselho Nacional de Saúde.

A matéria explica como regular não é a mesma coisa que censurar e descreve também os motivos e o que prevê o Projeto de Lei (PL) 2630, conhecido como o PL das Fake News. Relata também como as grandes plataformas têm usado ilegalmente o seu poder e influência para se opor a qualquer regulação fazendo uso exatamente de novas fake news.

Em entrevista à repórter Liseane Morosini, o pesquisador Carlos Machado, coordenador do Centro de Estudos para Emergências e Desastres em Saúde da ENSP/Fiocruz, alerta que diversos estudos ambientais concluem que o que ocorre atualmente no planeta não se trata mais de uma mudança climática, mas de uma emergência climática que tem impacto direto no quadro de adoecimento e morte das populações, configurando-se numa emergência de saúde pública que requer ações imediatas.

Segundo ele, o planeta atingiu o limite e há hoje menos tempo para ações de transição a fim de promover mudanças no modelo de desenvolvimento econômico. Essas mudanças, a seu ver, demandam grandes investimentos que devem ser distribuídos equitativamente em favor dos países menos desenvolvidos.

De maneira quase complementar ao alerta da emergência climática, trazemos o texto do repórter Adriano De Lavor sobre o livro *O Espírito da Floresta*, escrito em parceria entre o xamã e líder político yanomami Davi Kopenawa e o antropólogo inglês Bruce Albert, que reflete sobre o papel do Povo Yanomami, os “habitantes da terra-floresta”, na preservação da vida na terra. Essa leitura é um convite à nossa reflexão, como o “povo da mercadoria”, sobre o caminho em que nos encontramos, por estarmos devorando a nossa própria mãe terra.

Na última reportagem da série produzida por comunicadores populares publicada na *Radis*, Ana Clara Xavier traz um relato de como a cultura foi afetada e, ao mesmo tempo, palco de resistência comunitária no bairro da Pavuna, território de muitas favelas no Rio de Janeiro, durante o período mais difícil da pandemia de covid-19.

Para concluir, a jovem repórter Luíza Zauza nos traz uma interessante reportagem sobre o uso de jogos de tabuleiros como uma estratégia lúdica para levar ciência às salas de aula. A ideia é aprender brincando.

NÃO AO SANGUE COMO MERCADORIA

A seção Súmula alerta que uma grande conquista da saúde coletiva no passado está em risco. Em 1988, a proibição da horrenda comercialização do sangue no Brasil, que tornava insegura e excludente a sua utilização, foi comemorada em manchete de primeira página do Jornal Proposta, editado pelo Programa *Radis*, como um dos marcos civilizatórios e de igualdade no direito à saúde inscritos na “nova” Constituição.

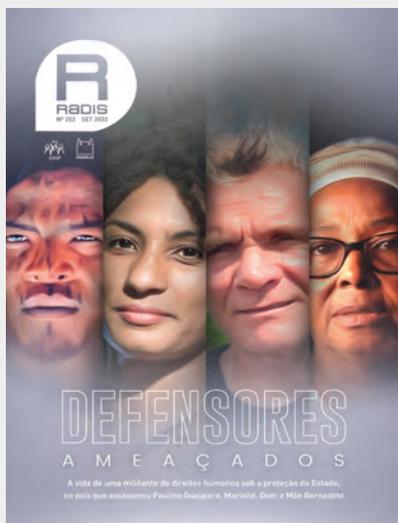
Tramita no Congresso Nacional, nesse momento, uma Proposta de Emenda Constitucional que propõe liberar a comercialização do plasma sanguíneo. A aprovação desta alteração na Constituição representaria a transformação do plasma em uma “mercadoria” rara e cara e resultaria em escassez ainda maior na disponibilidade de sangue e seus componentes para transfusões, com prejuízo à totalidade da população e ao atendimento no SUS.

■ ROGÉRIO LANNES ROCHA COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



DEFENSORES AMEAÇADOS

Parabéns à *Radis* pela bacana entrevista com a Maria Elisangela Gomes Magalhães (242). Ainda bem que existem pessoas como ela, para defender os que mais precisam. Não é fácil viver assim. Mais uma vez, obrigada pelo sério e competente trabalho. Conheci a revista na faculdade de Campina Grande, na Paraíba, pois minha filha estudava no campus Cuité. Desde então, a *Radis* chega para mim no meu endereço em Petrolina. Fico muito feliz! Por onde passo e tenho a oportunidade, falo da importância e responsabilidade da revista como uma fonte de informação, comunicação, cultura. Só podemos agradecer pelo respeito ao leitor.

Mauba Tanha

Elisangela é uma mulher inteira, companheira e guerreira! Orgulho de estar junto!

Amélia Nunes

Uma grande mulher! Uma mulher que nos traz orgulho por quem se tornou e por suas lutas.

Delane Queiroz

A cada dia me orgulho e me inspiro na Maria Elisangela. Deus guie seus passos, sempre te defendendo do mal.

Rosa Suriname

Viva a Organização Popular! Viva a camarada Maria Elisangela Gomes. Viva a construção do poder popular!

Christopher Falcão

Inspiração!

Victoria Dias

DEFENSORES EM REDE

Que belo trabalho, gostaria de ter acesso a essa cartografia das violações nos territórios de favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro (*Radis* 252). Nossas defensoras e nossos defensores de direitos humanos precisam de muito cuidado.

Galdene Santos

A segunda edição está saindo do forno. O edital foi lançado, tivemos 537 inscritos. Estamos na fase de seleção para começar a nova turma.

Gabriel Simões

Projeto incrível! Fico grata por fazer parte disto. Grata pela oportunidade que recebi de revelar um pouco do trabalho que realizamos em nosso território adstrito.

Elaine Lopes

MINHA PRIMEIRA CONFERÊNCIA

Estou neste grupo dos iniciantes nas conferências de saúde (*Radis* 252). É intenso, e de verdadeira significância para as mudanças que precisam ser efetivadas. Por espaço para as pessoas com doenças raras! Sim, precisamos ocupar lugares de fala.

Andreza Macena

Sou agente de combate às endemias e técnica de Enfermagem, mulher negra, participei da conferência pelo segmento dos trabalhadores. A 17ª Conferência Nacional da Saúde foi marcada pela diversidade! Vida longa ao SUS! Vida longa ao controle social!

Raquel Trassante

Foi a minha primeira conferência também!

Elair Pinheiro

Defender o SUS, é e sempre será uma prioridade!

Sony Anderson

RADIS AGRADECE

A *Radis* é uma revista belíssima. Uma indicação diária que faço para meus alunos de Enfermagem. Poder da leitura igual ao dessa revista ainda está por vir. Uma revista maravilhosa em todos os aspectos.

Parabéns mesmo!

Antônio Filho

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor,
Ana Cláudia Peres,
Liseane Morosini,
Glauber Tiburtino,
Lícia Oliveira;
Luiza Zauza
(estágio supervisionado)

Arte
Felipe Plauska

Documentação
Eduardo de Oliveira
(arte e fotografia)

Administração
Fábio Lucas;
Fávia Vianna Papacena;
Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis
(sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal
Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 120.400 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Piso da Saúde vale em 2023?

Com a aprovação do Regime Fiscal Sustentável, que deu fim ao Teto de Gastos, voltou a vigorar o piso da Saúde? É o que o Ministério da Fazenda quer saber do Tribunal de Contas da União (TCU). A consulta foi feita em 28 de setembro, com a finalidade de adiar o cumprimento do piso para 2024, sob o argumento de que o novo marco fiscal foi aprovado pelo Congresso somente em agosto de 2023. Assim, o governo evitaria destinar mais R\$ 18 bilhões ao setor.

“Como o artigo 12 da lei complementar 200 [lei do novo arcabouço fiscal] diz que os mesmos limites originais vão até 31 de dezembro [de 2023], foi o que nós consideramos mais razoável: o não retorno da regra permanente à luz desses limites”, afirmou o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, à Folha de S. Paulo (12/9).

O Ministério Público (MP) já havia iniciado processo junto ao TCU, em 5 de setembro, para avaliar a “adoção das medidas necessárias a conhecer e avaliar o risco de ‘shutdown’ [apagão] com a aplicação do novo marco fiscal ainda no ano de 2023 nas pastas ministeriais da Saúde e da Educação”. Caso ficasse comprovado o risco de apagão, o MP pedia autorização para o governo manter a regra que estava em vigor sob o Teto de Gastos.

A Emenda Constitucional 86, de 2015, estabelece que a União deve aplicar pelo menos 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) na Saúde e 18% na Educação. Para a Educação, o orçamento previsto para 2023 supera o mínimo constitucional. De 2017 a 2023, quando valia o Teto de Gastos, os pisos de Saúde e Educação eram os valores gastos em 2016 acrescidos da inflação do período.

Congresso vota por piso menor

A Câmara dos Deputados aprovou um dispositivo que permite ao governo pagar um piso menor em 2023 (Folha de S. Paulo, 14/9). O deputado Zeca Dirceu (PT-PR) incluiu no Projeto de Lei Complementar 136 artigo que fixa a Receita Corrente Líquida prevista em janeiro como referência para o piso da Saúde de 2023. A receita foi estimada em R\$ 1,138 trilhão — 15% significaria um mínimo de R\$ 170,76 bilhões, próximo do orçamento atual da Saúde. O texto seguiu para o Senado, que tende a acompanhar a decisão da Câmara.

Impacto do PIB

O professor titular de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Capel Narvai destacou, em texto no site A Terra É Redonda (21/9), que a questão tem a ver com a perspectiva de cumprimento da meta de inflação e com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), bem acima do que se cogitava em dezembro de 2022.

“O governo não quer que o cálculo dos recursos para o SUS carregue consigo o êxito do governo no combate à inflação e no crescimento do PIB. Quer dar outra destinação a esses recursos, acomodando pressões políticas e alavancando orçamentos de outros ministérios”, escreveu.

O professor afasta, no entanto, afirmações de que “a saúde está em risco” ou que o governo está promovendo um “ataque frontal a uma das maiores conquistas da Constituição de 1988”. Explica ele que, ao contrário do que se estimava em 2022, que o orçamento do SUS para 2023 seria reduzido em cerca de R\$ 22,7 bilhões, aconteceu o oposto. “Houve aumento substantivo no orçamento do SUS: de R\$ 149,9 bilhões para R\$ 183,8 bilhões, valor que seria ainda ampliado, até o final de 2023, em mais R\$ 30,2 bilhões”.

15% é o mínimo!

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) publicou recomendação (21/9) em que defende a manutenção do piso de investimentos públicos em Saúde na casa de 15% da Receita Corrente Líquida e reivindica a progressiva ampliação do financiamento estatal no segmento, até que 6% do PIB sejam destinados para ações de serviços públicos de saúde, em 2027.

A Frente pela Vida divulgou nota (16/9) reafirmando o imperativo constitucional como referência mínima, ainda que insuficiente, para o repasse da União ao SUS, e alertando que a redução de recursos frustrará as expectativas de atenção às enormes necessidades de saúde da população, no contexto da imensa dívida social do Estado brasileiro para com seu povo.



Primeiro voto pela descriminalização do ABORTO

Entenda em 5 pontos o voto da ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, a favor de que a interrupção da gravidez até a 12ª semana deixe de ser crime (22/9)

1. AUTONOMIA DA MULHER

“A maternidade é escolha, não obrigação coercitiva. Impor a continuidade da gravidez, a despeito das particularidades que identificam a realidade experimentada pela gestante, representa forma de violência institucional contra a integridade física, psíquica e moral da mulher, colocando-a como instrumento a serviço das decisões do Estado e da sociedade, mas não suas.”

2. SILENCIAMENTO HISTÓRICO DAS MULHERES

“Não tivemos como participar ativamente da deliberação sobre questão que nos é particular, que diz respeito ao fato comum da vida reprodutiva da mulher, mais que isso, que fala sobre o aspecto nuclear da conformação da sua autodeterminação, que é o projeto da maternidade e sua conciliação com todas as outras dimensões do projeto de vida digna.”

3. QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

“A ilegalidade desse procedimento médico provoca a insegurança à qual a mulher é exposta, mais uma vez, frente às falhas estatais. Não por outro motivo, o aborto inseguro consta como uma das principais causas de impacto no delineamento sanitário do quadro da mortalidade materna, como atestam as estatísticas apresentadas na audiência pública, em particular pelo Ministério da Saúde.”

4. CRIMINALIZAÇÃO SEM EFEITO

“Primeiro, a coerção penal não oferece desestímulo à situação vivenciada pela mulher que toma a decisão pela interrupção da gravidez. Segundo, não cumpre com o dever de proteção ao nascituro enquanto bem jurídico tutelado pela norma penal.”

5. MORAL PÚBLICA

“Isso não quer dizer que questões de ética e moralidade sobre o aborto sejam irrelevantes do ponto de vista jurídico ou para a formação social de determinada comunidade política. Contudo, a esfera da moral privada não pode ser confundida com a esfera da moral pública, e principalmente com o espaço de atuação do Estado de Direito, na restrição dos direitos fundamentais.”

“ A desigualdade precisa inspirar indignação. Indignação com a fome, a pobreza, a guerra, o desrespeito ao ser humano. Somente movidos pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo ao nosso redor ”

Do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (19/9), em Nova Iorque





Não à PEC do Plasma

Em tramitação no Congresso, a PEC do Plasma pretende alterar o artigo 199 da Constituição Federal, que hoje impede a comercialização do sangue no país, e permitir que a iniciativa privada colete e processe o plasma humano. Entidades como o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e a Fundação Oswaldo Cruz manifestaram sua posição contrária à proposta. A Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) divulgou “Dez motivos que justificam o arquivamento da PEC do Plasma”, entre os quais estão:

- Comercializar o plasma impactará negativamente nas doações de sangue totais no Brasil. Constitui-se numa ameaça à produção dos outros hemocomponentes e pode comprometer os estoques do país para fins transfusionais.
- A Hemobrás nunca desperdiçou plasma. Nota-se uma resistência dos serviços de hemoterapia privados em disponibilizarem o plasma, e estes seguem descartando o plasma excedente. A PEC não solucionará o fato de bancos de sangue privados não repassarem o que a lei determina, apenas converterá plasma em mercadoria.
- Falta garantia de que, uma vez comercializados por empresas privadas, os medicamentos produzidos a partir do plasma brasileiro e disponibilizados a empresas privadas retornem ao Brasil com preços justos. Tampouco que sejam direcionados aos pacientes do SUS.
- Mais pertinente, pensando enquanto Nação, seria fortalecer a Hemobrás, torná-la produtiva e capaz de atender a maior parte da demanda do Ministério da Saúde. Para esse objetivo, os esforços devem se voltar para o fortalecimento da hemorrede.

■ Leia em <https://bit.ly/naopecplasma>

Reforço ao Complexo Industrial da Saúde

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto instituindo a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (26/9), com investimento de R\$ 42 bilhões até 2026. O objetivo é expandir a produção nacional de itens prioritários para o SUS e reduzir a dependência do Brasil de insumos, medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde estrangeiros.

Uma das prioridades é o reforço na produção de insumos que auxiliem na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças determinadas socialmente, como tuberculose, doença de Chagas, hepatites virais e HIV. A iniciativa também prevê investimento no enfrentamento de agravos

relevantes para a saúde pública, como doenças crônicas (câncer, cardiovasculares, diabetes e imunológicas), dengue, emergências sanitárias e traumas ortopédicos.

“Trata-se de soberania nacional e redução de vulnerabilidade, mas também se trata de pensar as desigualdades no interior de nosso país, se trata de desenvolvimento regional e territorial na reindustrialização do Brasil. Esta é uma estratégia que vai servir ao combate à miséria e à fome, pelo seu componente e inclusão produtiva, tanto no emprego como na geração de bens. Acesso, sustentabilidade, autonomia e cuidado com o povo são as marcas do Complexo Econômico-Industrial da Saúde”, afirmou a ministra da Saúde, Nísia Trindade.



“ O Marco Temporal está ignorando a nossa existência, ignorando a nossa história, ignorando o nosso conhecimento tradicional, que já vem há muito tempo. É como a frase que diz: ‘Nós não existimos depois de 1988’, somos os verdadeiros donos da terra! ”

Pirata Waura, cineasta e professor, da Aldeia Topepeweke, localizada no Território Indígena do Xingu, em evento comemorativo ao 69º aniversário da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz)

Vitória indígena no Marco Temporal

O movimento indígena comemorou em várias partes do Brasil a derrubada da tese do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal (21/9). Foram 9 os votos contra o argumento de que os povos indígenas só teriam direito aos seus territórios caso estivessem em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal: votaram contra os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Rosa Weber. André Mendonça e Nunes Marques votaram a favor da tese que ignorava as violências e perseguições, em especial durante a ditadura militar, que impossibilitaram que muitos povos estivessem em seus territórios naquela data.



Indenização bilionária

Em outra sessão, os ministros validaram indenização a proprietários que adquiriram de “boa-fé” títulos de terras consideradas como áreas indígenas (27/9). A lei atual já previa pagamento pelas benfeitorias e o reassentamento de pequenos agricultores, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Levantamento da Agência Pública (20/9) indica que as dez áreas com mais hectares sob posse de fazendeiros em contestação judicial somariam R\$ 942 milhões em indenização. Leia em bit.ly/indenizacaoamarco.

Segundo o STF, o processo deve ocorrer separadamente: não condicionando a saída dos posseiros de terras indígenas ao pagamento. A Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib) se opôs a qualquer tipo de indenização e afirmou que, “de maneira nenhuma se poderia considerar ações de ‘boa fé’ de fazendeiros invasores (25/9).

o brasil
inteiro
é terra
indigena

DESIGNATIVISTA

DESIGNATIVISTA

JÁ TINHA
GENTE
AQUI

#VETATUDOLULAPL2903

Congresso na contramão

O Senado aprovou o PL 2903/2023, para transformar o Marco Temporal em lei (27/9). O texto ainda autoriza a construção de estradas, barragens e outras obras em terras indígenas sem consulta prévia; permite o cultivo de soja e a criação de gado nessas áreas; cria regras para tornar o processo de demarcação infundável; impede que invasores de terras indígenas possam ser retirados enquanto o processo de demarcação não for finalizado; e acaba com a política de não-contato com povos indígenas em isolamento.

Organizações indígenas e indigenistas, entres elas a Apib, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Greenpeace Brasil e a Comissão Arns pedem que o presidente Lula vete totalmente o projeto.

“Se você tem uma profissão que dá acesso à intimidade dos outros, você tem que ter responsabilidade em relação a ela. [Alunos de medicina] Deveriam começar a receber aulas de comportamento ético desde o instante em que pusessem o pé na faculdade.”

Médico Drauzio Varella, em entrevista ao podcast O Assunto (21/9), após imagens de atos obscenos cometidos por estudantes de medicina da Universidade Santo Amaro (Unisa) viralizarem.



WANEZA SOARES

POR QUE REGULAR A INTERNET É PRECISO?

Entenda como a legislação brasileira deve se atualizar para prevenir uma epidemia de fake news e garantir liberdade e responsabilidade na internet

GLAUBER TIBURTINO

Quais são os limites da internet? Como ações fomentadas no ambiente virtual podem repercutir no mundo real e impactar o nosso cotidiano e as decisões relacionadas à saúde? De que maneira as grandes plataformas digitais, como Google, Facebook e WhatsApp, podem ser responsabilizadas pelos efeitos dos seus serviços, quando empregados de forma nociva, como para propagação de fake news e discursos violentos? Que regras há sobre isso no país?

Para todas essas perguntas, a resposta é que ainda não há regulação no Brasil. O Marco Civil da Internet (Lei nº

12.965/2014) trata de conceitos gerais, mas não estabelece regras para esse tipo de mediação. É principalmente com base nessa necessidade que se pauta a proposta de criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, em trâmite no Congresso Nacional como Projeto de Lei (PL) nº 2630/2020. Se não der conta de solucionar todo o problema, a proposta busca ao menos regular parte dele. Isso porque a legislação tem um recorte bem específico quando se refere a “plataformas de internet”, restringindo-se a redes sociais, aplicativos de mensagem e ferramentas de busca online.



The background of the page is a solid blue color. At the top, there are two hands holding white tablets. The left tablet shows a dark landscape with mountains and a sunset. The right tablet shows a document with text and a table. At the bottom, there are more hands holding tablets. One tablet in the center shows a data dashboard with a bar chart and a large '39%' figure. Another tablet on the left shows a person's profile. Faint social media icons like YouTube and Instagram are visible in the background.

Foco de disputas, a proposta é chamada de PL das Fake News pela imprensa e por defensores da medida, e apelidada de PL da Censura por seus opositores. Dentre eles, estão apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, parlamentares de oposição ao governo Lula e gigantes globais que atuam no ramo de tecnologia digital, como Google, Meta (responsável por gerenciar Facebook, Instagram e WhatsApp) e Telegram, conhecidas como big techs.

O projeto de lei de autoria do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) foi apresentado em 2020, motivado por episódios de desinformação e negacionismo científico disseminados na internet durante a pandemia de covid-19 — o que a Organização Mundial da Saúde (OMS) chegou a classificar como infodemia (*Radis* 246). Contudo, a discussão sobre limites e responsabilidades de serviços como redes sociais e aplicativos de mensagens foi iniciada antes mesmo da crise sanitária global. Um alerta sobre a regulamentação dos serviços foi dado em 2018, durante a disputa eleitoral, devido ao uso de robôs para produção e circulação em massa de conteúdos noticiosos falsos.

Ainda assim, a tramitação do PL 2630 só foi acelerada na Câmara dos Deputados a partir de fatos graves ocorridos no início de 2023, como o uso dessas plataformas na articulação dos atentados à Democracia — culminando na tentativa de golpe de Estado, com atos de vandalismo e depredação dos prédios dos Três Poderes, em 8 de janeiro — e os atentados a escolas e creches, no início de 2023.

Foi em 25 de abril de 2023 que o PL, aprovado pelo Senado ainda em junho de 2020, entrou em regime de urgência na Câmara. A proposta entrou na agenda de

votações em 2 de maio, mas foi retirada da pauta pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e até a publicação desta reportagem não avançou.

Entidades historicamente engajadas na democratização da comunicação, como o Interozes — Coletivo Brasil de Comunicação Social, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Coalizão Direitos na Rede (CDR) posicionam-se a favor da regulamentação. Em manifesto aberto, o FNDC classifica a regulação das plataformas digitais como uma medida “necessária e urgente”. Em sentido contrário, está o apoio de peso das big techs, que controlam serviços e plataformas digitais que utilizamos todos os dias.

Segundo apuração da Agência Pública, em matéria veiculada em maio de 2023 ([link](#)), do início de abril até o dia 6 de maio, o Google havia pago à Meta mais de R\$ 670 mil em anúncios no Instagram e Facebook em campanha contrária à aprovação do projeto de lei na Câmara. As peças veiculadas traziam distorções como: “O PL 2630 pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil” ou “Um Projeto de Lei pode piorar a sua internet”, dentre outras ofensivas.

Mas, afinal, por que essas empresas têm atacado a medida regulatória? Que interesses impulsionam essa movimentação orquestrada a partir de suas próprias ferramentas? *Radis* entrou nessa arena para discutir o que está em disputa e conversou com alguns especialistas para entender como a regulação pode ser também uma forma de garantir o respeito à democracia e à liberdade de expressão. E não o contrário.

LIBERDADE: POR QUE REGULAR NÃO É CENSURAR

Especialistas apontam que no cenário atual o que se observa é um claro desequilíbrio em favor das plataformas, que desfrutam de autonomia e plenos poderes na moderação de conteúdos e contas dos usuários de seus serviços. Para diminuir essa disparidade, “a lei proposta cria procedimentos que limitam o poder das empresas em relação às pessoas”. É o que afirma Paulo Rená, gestor da elaboração coletiva do Marco Civil da Internet no Brasil, pesquisador e integrante da Coalizão Direitos na Rede.

Paulo — que possui formação em Direito e também é co-diretor executivo da ONG AqualtuneLab — tem acompanhado as discussões sobre a regulação das plataformas. Ele afirma à reportagem que as empresas precisarão garantir aos usuários mais detalhes sobre suas intervenções, inclusive com a possibilidade de ações judiciais em casos de divergência. “O PL 2630 dá maior poder às pessoas, que passarão a ter garantias de que serão mais bem informadas sobre as decisões das plataformas, bem como de que haverá meios para recorrer contra erros na remoção de conteúdo”.

Hoje, a definição sobre o que será visto ou ocultado nas redes cabe exclusivamente às empresas, a partir de seus interesses comerciais. “A gente já está sujeito a diversas formas de controle e moderação por parte das plataformas que fazem isso como opção de mercado, o que afeta de maneira direta e indireta a nossa democracia em níveis que a gente nem consegue avaliar”, reflete.

Bia Barbosa, jornalista, escritora, integrante do DiraCom (Direito à Comunicação e Democracia) e uma das representantes da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), acompanha a percepção de Paulo e é incisiva ao apontar os riscos trazidos pelo formato praticado. “O atual modelo de autorregulação das plataformas tem se mostrado insuficiente para a garantia de direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, perigoso para a democracia”. Ela atribui esse fato à lógica de mercado na qual essas empresas trabalham, baseada na retenção da atenção dos usuários e na busca por audiência e interações, que resultam em engajamento.



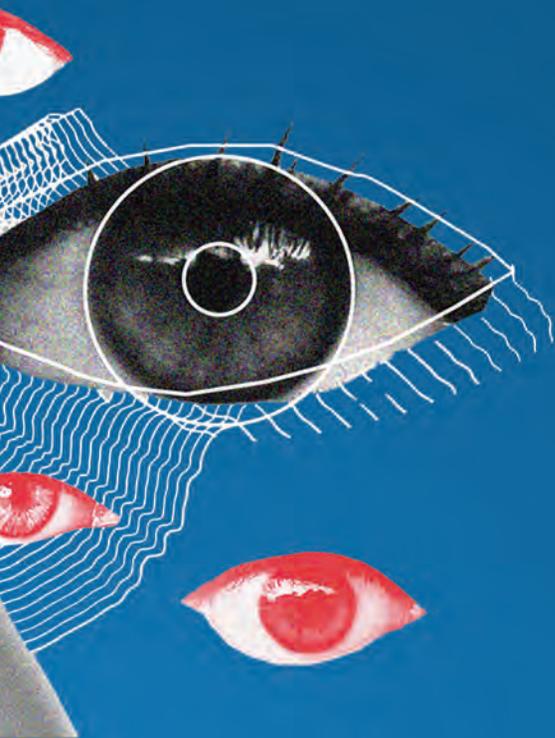
Impactos na saúde coletiva

As plataformas digitais influenciam as decisões das pessoas nos mais variados assuntos, inclusive na saúde. Essa é a avaliação de Marcelo Fornazin, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) e um dos coordenadores do GT Informação em Saúde e População da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). E por isso, segundo ele, esses serviços devem ser fiscalizados pelo controle social.

“Longe de serem espaços neutros, essas ferramentas têm um papel político grande. Não são apenas atores que estão no mercado, porque as pessoas tomam decisões, inclusive de saúde [a partir dos conteúdos veiculados na internet]”, diz. Ainda segundo Marcelo, que atua com os temas de

saúde digital e produção de informação, essas interferências se refletem em condutas e comportamentos cotidianos, tais como “sobre se vacinar ou não, aderir a um tratamento ou não, fazer exercícios físicos ou acompanhar uma gestação”. “É importantíssimo buscar meios de produzir informação confiável, dar acesso e responsabilizar quando a informação for danosa ou coloque a população em risco”.

Ao comentar a participação das redes sociais e aplicativos de mensagens na formulação e disseminação de conteúdo antivacina no ápice da pandemia de covid-19, Marcelo destaca que o principal critério usado pelas plataformas foi o de mercado e não de qualificação das informações. Ou seja, conteúdos pagos para serem impulsionados ou aqueles mais engajados circularam amplamente, independentemente da acurácia daquelas informações. E para isso, artifícios foram usados pelos produtores desses conteúdos, como tentar atribuir caráter de ‘cientificidade’ aos argumentos, dando



Segundo Bia, por essa razão, as plataformas investem na disseminação de conteúdos desinformativos e violentos, de incitação ao ódio, com violação de direitos e que atentam contra o Estado Democrático de Direito, ao invés de inibi-los, pois geram mais audiência e repercussão. “Se a gente olhar o que aconteceu na pandemia, nos processos eleitorais e, principalmente, no 8 de janeiro, apesar de as plataformas terem nos seus termos de uso algumas regras para que elas próprias removam conteúdos que atentem contra os direitos humanos ou a democracia, o que vimos foram esses conteúdos circulando abertamente e amplamente nessas redes”.

A jornalista e ativista pela democratização da comunicação afirma ainda que esses episódios demonstram que as big techs se pautam exclusivamente pelo lucro em seus negócios. “Na lógica capitalista, as plataformas não vão se autorregular para coibir esse tipo de conteúdo. A desinformação gera lucro para as plataformas”, revela.

Paulo e Bia afirmam que a regulação dos serviços de internet não é sinônimo de censura. “Não tem censura, algo que estabeleça ‘no dia seguinte à aprovação da lei as plataformas vão remover conteúdos a pedido do governo’”, argumenta Paulo. Segundo Bia, o PL 2630 não diz que o governo vai definir quais são os conteúdos que devem ser removidos, o que seria uma clássica violação dos padrões internacionais de proteção à liberdade de expressão. “O projeto determina que as plataformas façam uma análise sistemática dos riscos gerados pelo seu modelo de negócio para questões como proteção aos direitos fundamentais e à democracia”, explica.

Ela adverte que a liberdade de expressão — muitas vezes usada como pretexto para sustentar posicionamentos discriminatórios e criminosos — precisa andar junto com outros direitos básicos. “É importante a gente dizer que a liberdade de expressão é um direito fundamental que precisa ser exercido em consonância com outros direitos fundamentais”, pontua. “Ninguém pode alegar exercício da liberdade de expressão para incitar violência, promover o racismo e a violência contra as mulheres, destilar preconceitos e discurso de ódio. Isso não cabe nos padrões internacionais de exercício democrático da liberdade de expressão”.

weet

visibilidade a estudos contraditórios, ou utilizando-se da estética de veículos jornalísticos e até mesmo apelando para a liberdade individual de escolha.

“A regulação é para dizer os limites desses atores. Assim como a gente tem uma regulação da vigilância sanitária, com a Anvisa, que impõe limites e impede o uso de produtos que causem danos à saúde”, avalia. Marcelo destaca que a regulação das plataformas evita riscos para a sociedade e, por consequência, para a saúde pública, por decisões mal informadas. “É importante pensar nessa regulação e em formas alternativas de produzir e circular informações de confiança”, orienta, defendendo que a produção seja coletiva, com participação da sociedade, e não verticalizada.

O pesquisador da Fiocruz destaca outro fator que potencializa a importância dessas ferramentas como fonte de consulta para grande parte da população. Ele lembra que, em muitos casos, as operadoras de telefonia oferecem pacotes

de dados com acesso limitado à internet, que geralmente restringem-se ao WhatsApp e mídias sociais, como Facebook e Instagram — prática conhecida como zero rating. Logo, o que a pessoa consome naquelas plataformas não pode ser checado em fontes oficiais e, portanto, acaba sendo tomado como verdade.

Marcelo defende que os princípios do SUS, como a universalização e a descentralização, sejam aplicados na democratização do acesso à informação — já que nem todos os brasileiros possuem acesso livre à internet e as informações produzidas ainda são muito centralizadas nos grandes centros, ignorando as especificidades locais, como observado na prescrição de condutas padronizadas durante a pandemia. Ele também ressalta a importância de se fiscalizar e qualificar tais informações. “As plataformas deixam de ser um serviço que a pessoa está usando e passam a ser o mundo onde ela está vivendo”, adverte.



RESPONSABILIDADE: POR QUE AS PLATAFORMAS PRECISAM SE ADEQUAR ÀS REGRAS BRASILEIRAS

Com a instituição da nova lei, para assegurar a liberdade de expressão dos usuários e a transparência de suas decisões, as empresas de tecnologia terão de se adequar e atuar mais proativamente, assumindo novas obrigações. A maior diferença em relação ao que já se pratica, porém, está na responsabilização pelos conteúdos pagos.

“Hoje, a partir do Marco Civil [da internet], as plataformas só passam a ter responsabilidade sobre conteúdos postados por usuários depois de uma decisão judicial. Com a nova lei, elas serão também responsáveis quando o conteúdo for impulsionado, porque a plataforma terá um dever decorrente dessa relação comercial que busca ampliar o alcance da publicação”, explica Paulo.

Com exceção das mensagens impulsionadas, de modo geral as plataformas passarão a ser obrigadas a avaliar e agir apenas em casos específicos de risco grave e iminente à integridade física das pessoas, à saúde pública e à democracia, deflagrados em no máximo 30 dias. Não sendo obrigadas, portanto, a verificar todo o universo de mensagens por elas veiculadas. “Não terão obrigação maior de remover conteúdo do que já acontece atualmente. Mas sim em situações específicas, em que haja um mecanismo para acionar uma postura mais intensa e proativa”, destaca o pesquisador da Coalizão Direitos na Rede.

Ainda segundo Paulo, essa responsabilização fortalece a democracia ao “proteger o público de conteúdos que violem direitos humanos, que sejam ilegais ou mentirosos, por exemplo, em relação a conceitos científicos ou fatos históricos bem documentados, como escravidão, holocausto, guerra civil, ditadura militar, resultado de eleições e pandemia”.

Há, ainda, a proposta de um órgão colegiado para fiscalizar essas regras e proteger as empresas de terem seus serviços bloqueados por juízes de primeira instância. É o que acontece quando há um bloqueio temporário do WhatsApp, por exemplo, por decisão judicial. “Por um lado, o projeto amplia a responsabilidade das plataformas em relação a conteúdo impulsionado; e, por outro, salvaguarda o interesse público de ter acesso ao que está na plataforma, dificultando os bloqueios”, diz ele.

Para Bia Barbosa, enquanto as plataformas não forem responsabilizadas pelo teor das postagens que impulsionam, seus interesses comerciais continuarão sendo o principal critério para propagação de conteúdos não verificados e potencialmente danosos à sociedade. “Quando você tem campanhas de desinformação organizadas e orquestradas

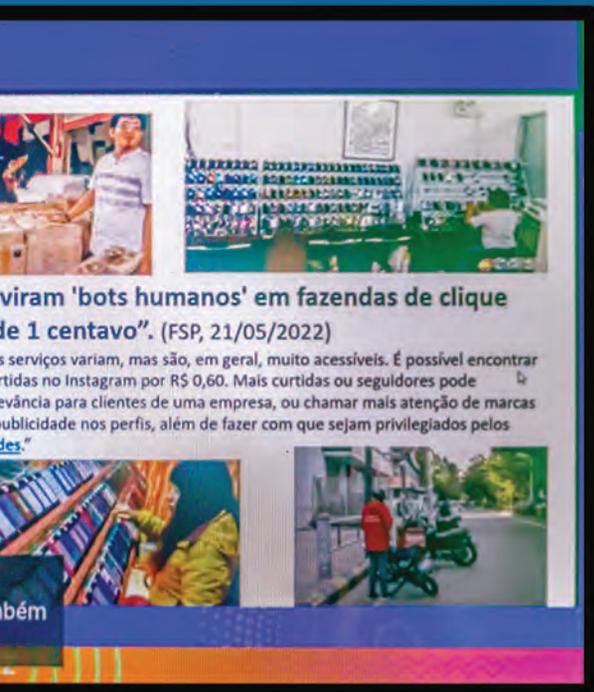


recebendo dinheiro para impulsionar determinados tipos de conteúdo, com alta capacidade de engajamento de usuários, tudo isso interessa às plataformas. É óbvio que elas não vão reduzir a circulação desse tipo de conteúdo dentro delas por livre e espontânea vontade”.

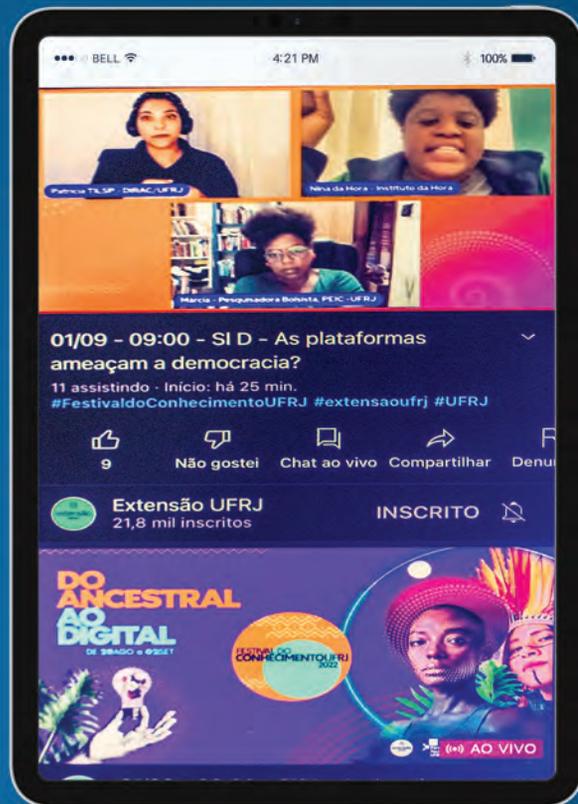
Postagens que negam as atrocidades cometidas na ditadura militar ou que levantam falsas acusações em relação às vacinas — afirmando que elas podem causar autismo ou que modificam o DNA humano — circulam livremente nessas plataformas. Por isso, Bia ressalta a urgência de atuação do Estado na regulação desses serviços.

“Quando a gente fala ‘o Estado brasileiro’, não estamos falando de um governo específico. Mas, sim, das diferentes instituições do país para estabelecer mecanismos regulatórios que garantam minimamente que esse ambiente digital respeite os direitos humanos e a democracia”, destaca.

Segundo a ativista, a futura legislação não vai interferir diretamente nem impedir que essas empresas funcionem ou operem no país. “Não é disso que se trata. Mas [o projeto] vai determinar que a livre iniciativa respeite valores fundamentais para nossa democracia e, nesse sentido, estabelecer algumas regras para o funcionamento dessas empresas”, considera.



NADIA NICOLAU / ESTUDANTES NINJA



TRANSPARÊNCIA: POR QUE AS EMPRESAS DEVERÃO INFORMAR SUAS AÇÕES

“Com transparência nos critérios e nas práticas das plataformas digitais, será viável exigir mais responsabilidade delas e proteger efetivamente os direitos humanos fundamentais, especialmente nossa liberdade de expressão online”. Com essa afirmação, Paulo Rená resume e agrupa os três principais pilares do PL 2630, enfatizando a transparência como a chave para a imprescindível liberdade de expressão na internet. “A gente precisa ter transparência, isso é urgente, para que a sociedade não fique refém dos segredos de negócio”.

Radis também conversou com Carlos Eduardo Barros, pesquisador do Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NetLab/

UFRJ). Para ele, tanto o conteúdo veiculado quanto o funcionamento dos sistemas de anúncios digitais necessitam de mais transparência. “Muitos anunciantes questionam como garantir que o serviço foi prestado corretamente ou se um dos concorrentes obteve vantagem indevida. A ‘caixa preta’ dos algoritmos é um obstáculo para a fiscalização do mercado e, inclusive, pode ser considerada uma violação do direito do consumidor”, declara.

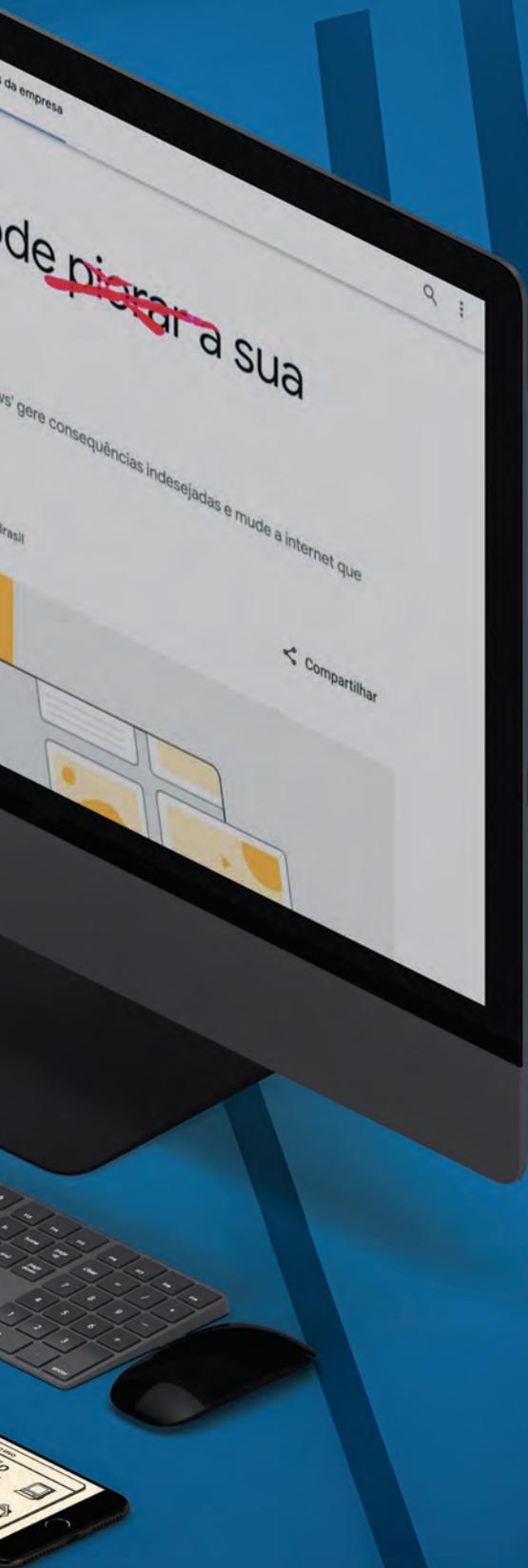
Carlos Eduardo detalha um pouco mais sobre esse processo: “Por um lado, regulamentar significa desmistificar parte desse sistema, compartilhando dados que já existem e hoje são uma vantagem competitiva. Por outro, a regulamentação pode revelar ainda mais problemas e exigir maiores investimentos para que essas empresas mantenham sua atuação no Brasil, por exemplo, a contratação de mais brasileiros para identificar e moderar conteúdos tóxicos e criminosos”.

Nessa linha, o pesquisador da UFRJ afirma que “a transparência é o começo da possibilidade de um avanço civilizatório na internet, em que a população brasileira — e de cada país — possa participar não só do consumo, mas também da regulamentação dos serviços que utiliza, garantindo que estejam alinhados às leis do país”. Para ele, sob esse ponto de vista, “a regulamentação também é uma questão de soberania nacional”. E pode contribuir muito para a melhoria dos serviços, “à medida que toda a sociedade colabore na tarefa de fiscalização das redes, na qual as plataformas têm se mostrado tão ineficazes sozinhas”, conclui.

O ATAQUE DAS PLATAFORMAS

Como empresas lucram com a desregulação de serviços digitais no Brasil





Em abril de 2023, o NetLab/UFRJ produziu um estudo no qual expôs estratégias e abusos cometidos pelas big techs na ofensiva contra a proposta de regulação contida no Projeto de Lei (PL) 2630.

O relatório descortina as motivações comerciais por trás dos atos antidemocráticos praticados pelas empresas às quais se destina a regulação. Para as fontes consultadas pela reportagem, a participação dessas instituições no debate é legítima e compreensível, em função dos lucros obtidos por elas com o atual formato de operação. Até aí seria a regra do jogo. Porém, o que entra em desacordo é a forma como essas intervenções ocorreram.

“O que nos surpreendeu muito foi que as plataformas, ao fazerem esse processo de resistência contra o projeto de lei, se aliaram a setores da extrema direita e radicalmente conservadores no nosso país que passaram a alegar, a partir de uma campanha de desinformação massiva, que esse seria o ‘PL da censura’”, afirma Bia Barbosa, integrante do DiraCom (Direito à Comunicação e Democracia) e representante da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). “E as plataformas surfaram sem nenhum tipo de constrangimento nesse tipo de narrativa organizada pela extrema direita”, complementa.

Paulo Rená, integrante da Coalizão Direitos na Rede, faz uma observação semelhante. “O posicionamento de empresas privadas em relação a questões públicas não é um problema em si, mas a forma como especialmente Google e Telegram se posicionaram tomou proveito de uma posição privilegiada no mercado de comunicação online, expondo uma mensagem convocatória de pressão popular em cima de parlamentares que nem mesmo expressava verdades sobre o projeto de lei”.

Ele cita exemplos de interferências diretas do Google. “Afirmou-se que o projeto ‘concede poderes de censura ao governo’ e que a regulação não só poderia ‘matar a internet moderna’, como seria um ataque à democracia. Foi uma infeliz ação de desinformação sobre o PL, que de certa forma surfou na onda fascista da oposição mais radical que a extrema direita tem feito ao governo no Brasil”, analisa Paulo.

Para ele, as plataformas “atiram no próprio pé” ao encamparem uma campanha contra o PL da Fake News, por se ampararem na desinformação sobre uma iniciativa que pretende justamente combater essa conduta. “Fortalece a percepção de que elas não se reconhecem como destinatárias de certas regras legais que garantem um mínimo de equilíbrio nas relações de poder que se estabelecem no ambiente online”, afirma.

A estratégia de apelar à desinformação e aderir a argumentos de grupos antidemocráticos — e que flertam com o fascismo — denota mais do que um incômodo por parte das gigantes da tecnologia frente à proposta de regulação do setor pelo governo brasileiro. Carlos Eduardo Barros é um dos autores do relatório do NetLab UFRJ e traz detalhes do estudo, baseado nas condutas obscuras das plataformas digitais no período que antecedeu a data prevista para votação do PL 2630.

GUERRA CONTRA A LEI

Cerca de 30 pesquisadores e assistentes que compõem o NetLab/UFRJ debruçaram-se sobre algumas das principais plataformas de internet que atuam no país, no período de 23 a 30 de abril de 2023, semana que antecedeu a data programada para votação do PL 2630 no Congresso Nacional — que acabou não ocorrendo. No período, o grupo compilou dados coletados que resultaram no relatório intitulado: A Guerra das Plataformas Contra o PL 2630.

A pesquisa concluiu que as empresas analisadas atuaram para impedir a votação do projeto, motivadas pelas vantagens obtidas com a desregulamentação da publicidade digital. “Se o PL 2630 não for aprovado, as big techs conseguem manter a assimetria regulatória que existe no mercado e, portanto, manter suas vantagens competitivas frente aos outros meios de comunicação que também vivem de publicidade”, afirma o documento. O estudo demonstra ainda que as plataformas burlaram suas próprias regras de publicidade e que o Google utilizou seus serviços para atacar a regulação.

“Google, Meta, Spotify e [a produtora] Brasil Paralelo anunciam e veiculam anúncios contra o PL 2630, porém, de forma opaca e burlando seus próprios termos de uso. Isso pode configurar abuso de poder econômico às vésperas da votação do Projeto de Lei por tentar impactar a opinião pública e o voto dos parlamentares”, afirma o resumo do relatório. Dentre outras arbitrariedades, os pesquisadores verificaram que o Google impulsionou um texto publicado em seu próprio blog em que nomeia o projeto como “PL da Censura”. Adotou, portanto, a nomenclatura do grupo que milita nas redes e atua politicamente contra a proposta.

Carlos Eduardo explica de que forma empresas como o Google e a Meta geram suas rendas e o porquê de se interessarem pela manutenção do formato atual. “Assim como a maioria das empresas de comunicação, a receita dessas



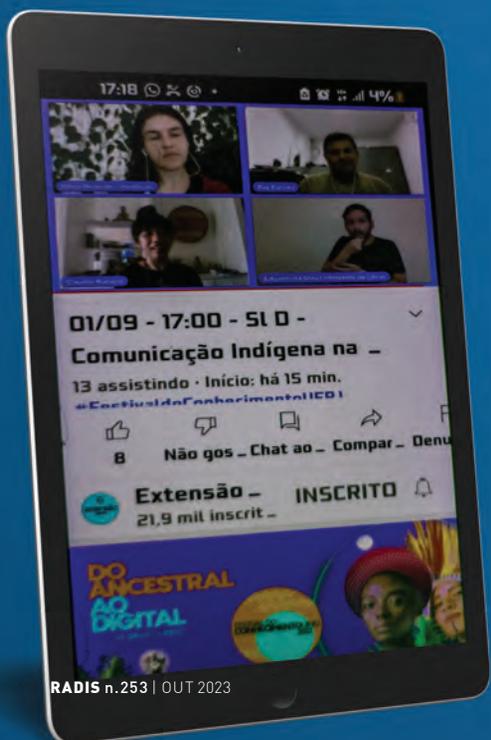
EDUARDO DE OLIVEIRA

plataformas vem principalmente da publicidade — e é por isso que a transparência sobre anúncios digitais é um dos pontos mais importantes da regulamentação”.

Segundo o pesquisador, em outras mídias, como rádio, TV ou outdoor, todos os espectadores veem a mesma propaganda. Já nas plataformas digitais, a publicidade é personalizada de acordo com os dados que elas possuem sobre cada usuário: o que ele curte, o que compartilha, por quanto tempo olha para cada imagem. “São esses dados que tornam as mídias sociais tão poderosas e capazes de direcionar cada anúncio a um micro segmento de público”, pontua.

Ele ressalta que hoje não há uma legislação que garanta transparência por parte dessas empresas sobre, por exemplo, quem paga cada anúncio, quanto paga e para quais públicos o conteúdo é direcionado. Carlos Eduardo ressalta ainda que algumas das empresas sequer exigem comprovante de identidade de seus anunciantes, lucrando em muitos casos com anúncios criminosos na internet: “Cotidianamente, perfis falsos pagam as plataformas para impulsionar anúncios de sites fraudulentos, golpes financeiros, desinformação e incitação à violência”, relata.

Para o pesquisador, as plataformas podem não ter o intuito deliberado de promover a desinformação e a propagação de discursos criminosos no ambiente online; porém, ao lucrarem com esse conteúdo, elas permitem, promovem e monetizam diversos tipos de publicações criminosas, desde que estas gerem engajamento. “É grande o poder político de empresas que concentram tantas informações e decidem o que impulsionar e o que remover, sem prestar contas. Em 2021, o YouTube divulgou excepcionalmente ao Supremo Tribunal Federal (STF) que havia pago R\$ 6,9 milhões para 12 canais investigados pela propagação de informações falsas no contexto da covid-19 e de ataques às instituições brasileiras”, afirma à Radis.



NADIA NICOLAU / ESTUDANTES NINJA

FRONTEIRA ENTRE MENTIRA E INFORMAÇÃO

Por conta de sua atuação irregular na empreitada contra o PL 2630, o Google pode ser processado pela Justiça brasileira. Além de enviar as pesquisas pelo Projeto de Lei, associando sua busca a “PL da Censura”, a gigante da tecnologia veiculou anúncios irregulares afirmando que a nova lei poderia ‘piorar a sua internet’ e ‘aumentar a confusão entre o que é verdade e mentira no Brasil’. Essa última frase, inclusive, foi inserida em sua página inicial no Brasil, o que para Carlos Eduardo é um dos maiores agravantes, por “distorcer a fronteira entre informação e propaganda”.

O relatório captou ainda diversas outras irregularidades praticadas no curto período analisado, dentre elas: veiculação de conteúdo político na internet sem a rotulagem adequada, o que dificulta seu rastreamento; anúncios do Google no Spotify descumprindo a política do próprio aplicativo de não veicular publicidades de cunho político; e indicação de fontes partidárias da extrema direita na primeira página de buscas sobre o tema no Google e no YouTube.

As cifras de arrecadação publicitária, também informadas na pesquisa, dão uma pista da razão pela qual as plataformas vêm investindo pesado contra a regulamentação do setor no Brasil. Segundo o levantamento publicado no relatório, o mercado publicitário brasileiro movimentou R\$ 46 bilhões em 2022, sendo R\$ 13,6 bilhões no mercado off-line e outros R\$ 32,4 bi em publicidade digital, dos quais 7,6 via agências e, portanto, auditados — e a volumosa quantidade de R\$ 24,8 bilhões não auditados pelo mercado publicitário.

Ainda sobre valores financeiros, em 2022, a receita da Meta foi de US\$ 116,6 bilhões, sendo 97,7% do montante advindo de publicidade digital. Já o Google faturou US\$ 279,8 bilhões, dos quais 80,2% via anúncios online. O estudo afirma que “sem a devida transparência, não é possível saber qual percentual desses valores advém de anúncios criminosos e irregulares, que seriam impactados pelo PL 2630”.

“A questão aqui não é a possibilidade de compra de anúncios diretamente com as plataformas, que é positiva para os pequenos anunciantes. O problema é a falta de regulação que cria uma assimetria regulatória, na qual 2/3 do total do mercado publicitário não obedecem a nenhuma regra, restrição ou obrigação de transparência, deixando anunciantes e consumidores vulneráveis aos interesses econômicos das plataformas”, diz o texto.

Sobre os conteúdos patrocinados indiscriminadamente, o relatório alerta: “Anúncios promovendo compra de armas, golpes de estado e fraudes financeiras podem facilmente ser veiculados nas plataformas, que ganham dinheiro também com esse tipo de publicidade tóxica”.

CONFIRA A ÍNTEGRA DO RELATÓRIO EM:

[https://bit.ly/ataquedasplataformas.](https://bit.ly/ataquedasplataformas)





MARCELO CAVALINOS

Aquecimento global está entre as razões do agravamento de ciclones, como os que causaram a maior tragédia natural do Rio Grande do Sul nos últimos 40 anos

“ULTRAPASSAMOS O LIMITE”

Alterações do clima agravam ocorrências de desastres e pedem intervenções imediatas, segundo o pesquisador Carlos Machado, da Fiocruz

LISEANE MOROSINI

Em relação às questões climáticas, o Brasil avançou pouco e experimentou retrocessos significativos nos últimos seis anos. No resto do mundo, avanços e recuos colocam o futuro em risco, como especialistas têm alertado e como mostram os relatórios sobre os impactos das mudanças climáticas na vida do planeta. O enfrentamento pede um pacto global baseado na equidade entre os países. Só assim será possível alterar modelos de desenvolvimento sustentados em produções poluentes e geradoras de desigualdades sociais e ambientais.

Essa é a avaliação do pesquisador Carlos Machado Freitas,

coordenador do Centro de Estudos para Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz). “Estamos diante de uma encruzilhada e sem enxergar muitas saídas”, afirma.

Segundo ele, o planeta atingiu o limite e há menos tempo para ações de transição a fim de promover mudanças. Por isso, ele sinaliza que a emergência climática já é considerada como uma emergência em saúde pública. “Ela é fruto de um conjunto de processos que representa uma mudança no quadro de mortalidade e morbidade e que exige ações imediatas”, afirmou, nesta entrevista à *Radis*.

Quando as mudanças climáticas passam a provocar a emergência climática?

São dois processos conectados. Os relatórios do IPCC [Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas] vêm seguida e cada vez mais enfaticamente apontando para um cenário de mudança climática em que já estamos no limite. A ideia de limite é interessante no sentido de ultrapassar uma forma que poderia ter sido mais segura de transição se o que nós conhecemos e compreendemos sobre as mudanças climáticas tivesse se transformado em decisões e ações dos governos. Temos um descompasso entre o que conhecemos e compreendemos e as decisões tomadas e, nisso, os relatórios do IPCC vêm acentuando que chegamos no limite e com menos tempo para ação.

Ainda há chance de reversão?

Nós temos uma série de relatórios globais desde a conferência de Estocolmo [em 1972], da Rio-92, da Rio +20 e outros. Em 2005, tivemos o Millennium Ecosystem Assessment [Avaliação Ecosistêmica do Milênio] que apontava para um cenário de 60% dos ecossistemas degradados, alguns de forma irreversível, e que nós estávamos chegando ao ponto de mudanças não lineares e de transbordar o copo d'água. Todos os relatórios de avaliação de monitoramento global ambiental dos últimos 18 anos vêm apontando que nós ultrapassamos o limite. Chamo a atenção para a ideia de limite porque todos os relatórios do IPCC convergem para essa ideia de termos ultrapassado ou estarmos ultrapassando o limite.

Quais os impactos dessas mudanças na saúde pública?

Autores em geral têm chamado atenção de que não estamos diante de uma mudança climática, mas de uma emergência climática. Alguns propõem declarar a emergência climática como uma emergência em saúde pública pela OMS [Organização Mundial da Saúde], porque não é só um fator de risco, mas é um conjunto de processos que representa uma mudança no quadro de mortalidade e morbidade e que exige ações imediatas. Primeiro, pelo excesso de mortalidade e morbidade que as mudanças climáticas significam. Segundo, porque o setor saúde contribui com aproximadamente 10% de emissões, ele gera resíduos, consome energia, entre outros, e, em nível global, tem sido muito lento em se adaptar às mudanças.

De que forma os desastres climáticos impactam estabelecimentos e unidades de saúde?

Os estabelecimentos de saúde vêm sendo frequentemente impactados pelos eventos extremos relacionados às mudanças ou alterações no clima. Alguns autores colocam a ideia de limite de emergência, que não é só uma variabilidade climática, como tem sido registrado nos últimos 10 ou 12 mil anos, já que chegamos num ponto de ruptura do ciclo climático. Essa ruptura nos coloca diante de um cenário de muitas incertezas que nós, como humanos, não conhecemos, mesmo com todas as transformações que tivemos.

É possível avaliar o custo do setor saúde com esses impactos?

Publicamos um artigo nos Cadernos de Saúde Pública [Acesse:

“ Alguns autores propõem declarar emergência climática como uma emergência em saúde pública. ”

<https://bit.ly/artigoclimacsp>], em 2021, que mostra que o comprometimento dos desastres nos estabelecimentos de saúde em 15 ou 16 anos foi de 4 bilhões de reais só no Brasil, o que dá 250 milhões de reais por ano, aproximadamente. Esse é o impacto nos serviços de saúde provocados por deslizamentos de terras, inundações, ciclone extratropical. Esse custo não é contabilizado pelos registros das defesas civis. Isso passa silenciosamente. Não é só o custo econômico, pois significa que os estabelecimentos estão comprometidos quando as pessoas mais precisam.

Cite um exemplo prático sobre essa imobilidade do setor.

As estratégias de adaptação dos estabelecimentos de saúde, de resiliência, são fundamentais e a gente não avançou. Na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011 [em que chuvas provocaram uma tragédia ambiental], alguns serviços de saúde e hospitais foram parcialmente ou totalmente comprometidos. O principal hospital de Nova Friburgo [RJ] teve parte de sua UTI inundada. Havia um hospital privado na região de Córrego D'Antas que teve parte destruída por uma pedra em um deslizamento de terra. Fizemos uma pesquisa sete anos depois e os hospitais e estabelecimentos de saúde estavam todos no mesmo lugar. Não é que todos tenham que mudar de lugar, alguns sim, mas estava tudo no mesmo lugar. A nossa capacidade de empreender mudanças para se adaptar tem sido muito lenta.

Como desenvolver estratégias e adaptações?

Sempre há risco de que um desastre possa acontecer. Para alguns estabelecimentos de saúde, principalmente os que se encontram próximo a margens de rios, isso acontece com regularidade, com o comprometimento integral ou parcial das unidades de saúde. No Acre, vimos estratégias de adaptação em algumas unidades, como a elevação do piso, o que permite manter os atendimentos durante o período de elevação de rios. Mesmo isso pode ficar comprometido porque evita que a unidade de saúde alague, mas as pessoas podem não chegar ao serviço de saúde. Chamo atenção que a nossa capacidade é passiva e reativa de modo geral e muito pouco prospectiva e proativa.



Em 2022, o maior volume de chuvas em 24 horas da história de Petrópolis matou 235 pessoas

Como descreve o atual cenário?

A elevação da temperatura é bem acima dos últimos 10 a 12 mil anos e isso é algo sem precedente no melhor cenário. Nós estamos diante dele porque as ações têm sido bem lentas e a nossa forma de organizar a sociedade, as estruturas de pensamento mentais, continuam as mesmas das últimas décadas ou das últimas centenas de anos. Isso que ainda não foi compreendido. A gente precisa fazer uma mudança de chave, na forma de olhar, de lidar com essa situação e de tomar decisões.

Como as mudanças de gestores públicos alteram a implementação dessas iniciativas?

Esse é um tema em que ações de Estado de médio e longo prazo são fundamentais, independentemente das mudanças de governo, de forma a possibilitar adaptações. Já há mapeamentos realizados no Brasil com áreas suscetíveis a deslizamentos. Nós temos como saber onde há unidades de saúde, escolas e moradias. O que temos que ter é um processo e um projeto de médio e longo prazo. Não é falta de dados e informações. Há um processo de desaceleração de iniciativas de adaptação durante mudanças de governo. Chamo atenção que não dá para diminuir, tirar o pé do acelerador ou parar nesse momento porque nós já estamos muito para trás.

E como estão as iniciativas em outros países?

Alguns países sequer botam o pé no acelerador para realizar as mudanças e adaptações necessárias, indo além das

medidas preventivas. Há uma preocupação em todo mundo. Há iniciativas avançadas de adaptação no Canadá, no Reino Unido e na Austrália, por exemplo. Os países asiáticos têm orientações muito consistentes e diversas. Mesmo esses países que estão investindo e onde há uma consciência maior da população e dos governantes, de modo geral, vêm sofrendo com chuvas sem precedentes que não viveriam antes. Seus investimentos em adaptação ainda os colocam diante de situações revelando a vulnerabilidade da população e dos serviços de saúde, numa escala muito menor que no Brasil.

Em qual ponto o Brasil se encontra?

Com as mudanças que o Brasil vivenciou principalmente nos últimos quatro anos de um governo que tinha como uma das suas características centrais o negacionismo, não só o relacionado à covid, mas também às mudanças climáticas, há um processo de expansão da fronteira agrícola, desmatamento e queimadas, claramente estimulados pelo governo. Tivemos retrocessos grandes, com perdas significativas, e a gente vai demorar um tempo para recuperar. Esse tempo eu suspeito que seja bastante longo porque mudanças significativas não serão realizadas de uma hora para outra. Ainda mais considerando que temos no momento um governo que está se equilibrando entre perspectivas por vezes em conflito e em disputa no que se refere às formas de enfrentamento das mudanças climáticas. Certamente significa um freio no processo que tivemos nos últimos quatro anos, mas talvez não signifique um pé no acelerador na velocidade que a gente precisa.

Como avançar na questão da emergência climática?

Não há dúvida de que o enfrentamento da emergência climática exige um processo intersetorial, intrasetorial e uma articulação global que envolva várias negociações e também conflitos de interesse. Ao longo do século 20, só os Estados Unidos foram responsáveis por pouco mais de 30% do total de emissões. Se eu somo os países da Europa ocidental e oriental, incluindo a antiga União Soviética, só ali houve 40% das emissões de dióxido de carbono durante todo o século 20. Os países com maiores desigualdades e menos desenvolvidos do ponto de vista econômico, ou que não estão no centro das economias e tomam decisões globais, como o Brasil, estão sendo demandados para tomar um conjunto de iniciativas que impactam em seu modelo de desenvolvimento, baseado na economia de carbono, que é uma economia poluente.

De onde virão os investimentos para mudar os processos econômicos desses países?

Os países menos desenvolvidos demandam que esse processo de mudança e adaptações venha junto com investimentos para que eles possam fazer também uma mudança na sua economia. Esse é sempre um processo de disputa. Mesmo alguns dos países ricos não vêm realizando mudanças mais significativas na velocidade que seria demandada. Essa concertação envolve disputas muito grandes de interesses. Até porque as queimadas na Austrália, no Canadá ou no Brasil não têm impactos somente locais. Isso vale para as emissões de dióxido de carbono [CO₂] por automóveis e uma série de outros processos que contribuem para as mudanças climáticas. Não há como se fazer isso sem o provimento de recursos de uma forma equitativa, ou seja, que aqueles que mais precisam tenham maiores investimentos.

A pandemia mostrou que, a despeito do contexto, muitos países atuam em defesa de seus interesses.

A solidariedade global está longe de ser uma realidade. Na pandemia, os países que tinham mais recursos correram mais rápido para ter mais ainda. O Canadá teve uma quantidade de vacinas que ultrapassou em várias vezes o tamanho da sua população. Podemos citar vários outros países, mas o Canadá é um país muito ativo no enfrentamento das mudanças climáticas e, mesmo com todo o discurso de solidariedade muito presente na sua política externa, é “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

A redução da desigualdade levará ao controle da alteração no clima?

A emergência climática se consolida diante das desigualdades sociais e ambientais. É preciso haver uma concertação global efetiva baseada na equidade entre os países para promover uma mudança de modelo de desenvolvimento. Ela não pode estar dissociada de uma maior equidade se não envolver o que a gente considera básico para uma melhor condição de vida, como emprego, renda, água e alimentos, entre outros. Sem isso, acho difícil a gente avançar. Estamos diante de uma encruzilhada e sem enxergar muitas saídas. 

LEIA A ENTREVISTA COMPLETA NO SITE DE RADIS



“ A emergência climática se consolida diante das desigualdades sociais e ambientais. É preciso promover uma mudança de modelo de desenvolvimento. ”

PARA VER E ESCUTAR OS YANOMAMI

O Espírito da Floresta, escrito por Davi Kopenawa e Bruce Albert, reflete sobre o papel do Povo Yanomami na preservação da vida na Terra

ADRIANO DE LAVOR

“Só a gente de longe quer nos conhecer e nos defender. Suas palavras são fortes e vêm nos ajudar. Graças a elas, a gente de perto, que não para de falar contra nós, desistirá de invadir a floresta”. As palavras duras e proféticas do líder Davi Kopenawa dão o tom do livro *O Espírito da Floresta* (Companhia das Letras), mais recente parceria do xamã Yanomami com o antropólogo francês Bruce Albert.

A coletânea, explica Bruce, “é produto de um ciclo de aventuras intelectuais e estéticas cruzadas” que nasceu da aproximação entre um grupo de xamãs e artistas yanomami com cientistas e artistas não indígenas do mundo todo. Dos primeiros encontros na casa coletiva de Watoriki — onde vive Kopenawa — no ano 2000, originaram-se exposições em diferentes países, sob a égide da Fundação Cartier, que retratam, a partir do espírito da floresta, a complexidade da biodiversidade e as implicações trágicas de sua destruição.

O que se lê, na obra escrita a quatro mãos, é a alternância de visões entre antropólogo e líder indígena sobre o território, a cultura e a cosmologia yanomami, um diálogo que também fornece ao leitor elementos para melhor compreender a construção das narrativas sobre este povo, que em 2023 voltou a ganhar destaque no noticiário após a divulgação de imagens aterradoras de mortes causadas pela invasão da mineração ilegal em suas terras.

O livro foi escrito antes de as denúncias feitas pelo povo Yanomami encontrarem escuta e despertarem a atenção de governo, sociedade e mídia comercial — e motivarem a intervenção estatal, com a decisão de declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), em janeiro de 2023 [Veja a cobertura da Espin no site de *Radis*]. A despeito disso, estão em suas páginas relatos, fotografias, desenhos e infográficos que contextualizam a situação do povo conhecido como “habitantes da terra-floresta”, nas palavras de Albert, e seus conflitos com o “povo da mercadoria”, os não-indígenas — ou napë, como define Kopenawa.

Mas *O Espírito da Floresta* não é apenas um apanhado de denúncias ou um tratado antropológico, ainda que alguns

textos tragam excertos etnográficos da convivência entre dois mundos, seja em território indígena ou em salas de exposição no exterior. A edição do livro, que alterna textos escritos por um pesquisador acadêmico e um pensador indígena, conduz o leitor a uma interseção entre as fronteiras da produção de conhecimento, colocando em xeque as marcações tradicionais acadêmicas sobre sujeitos e objetos de estudo.

Assim, os textos de ambos os autores, emoldurados por belas fotografias produzidas ao longo das últimas décadas — em destaque as assinadas pela fotógrafa Claudia Andujar — e por uma iconografia rica que inclui obras de artistas consagrados, como Joseca Yanomami, descrevem uma cenografia particular. Esse panorama reflete escolhas e processos relacionados às “peles de imagens” produzidas sobre (e por) yanomamis, ao longo de uma série de encontros — um interessante registro da (re)conversão de olhares que resultou na exibição de uma “floresta poliglota” — em línguas, linguagens e sentidos.

Não escapam da visão e da análise, no entanto, a cartografia de ritos e fenômenos climáticos característicos do território — como a belíssima descrição de Maa hi, a grande árvore da chuva — e o alerta sobre a repercussão da interação com a “fumaça da epidemia” (xawara, no dizer yanomami), que “é ávida por carne humana”. “Nossos antigos eram felizes assim por não morrerem demais”, registra poeticamente Kopenawa, que parecia antever, bem antes de acontecer, o que viveríamos, todos, com a pandemia de covid-19, a partir de 2020.

Albert recupera a luta empreendida pelos Yanomami contra esta e outras epidemias ao longo de sua história — como sarampo e outras infecções respiratórias — e adverte sobre os perigos que corremos nós, o povo da mercadoria, ao ignorar as ameaças à biodiversidade e ao nos rendermos aos apelos dos minérios encontrados nas profundezas do chão das florestas. Suas palavras são reforçadas pelo apelo feito pelo líder indígena: “Eles os queimam [os minérios] e enchem assim o peito do céu de fumaças de epidemia que, transformadas em doenças perigosas, afetam todo mundo”, avalia Kopenawa.



Davi Kopenawa:
xamã e líder político
do povo Yanomami

O ESPÍRITO DA FLORESTA

BRUCE ALBERT E DAVI KOPENAWA



COMPANHIA DAS LETRAS

BRUNO KELLY/AMAZÔNIA REAL

“MEU PAÍS PAVUNA”

UM RELATO DE COMO A CULTURA FOI PALCO DE RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA DURANTE O PERÍODO MAIS DIFÍCIL DA PANDEMIA

Este é o último texto da série publicada por *Radis* a partir de uma oficina com comunicadores populares selecionados pelo edital “Como se proteger do coronavírus — Programa de Reportagem”, uma parceria entre o Observatório de Favelas e a Fiocruz. Saiba mais no nosso site.

ANA CLARA XAVIER*

A Academia me apresentou artigos científicos, leio e escrevo semanalmente sobre favela, genocídio, vulnerabilidade, raça, e agora, essa tal de covid. A exigência do olhar cientificamente neutro, frio e afastado, que eu não tenho, é perturbadora. E sempre fica a questão: Como olhar dessa forma para os dados, que agora sei ler e (re) interpretar, se os tais ‘pesquisadores de pretos e favelados’ que tanto leio estão falando do meu povo e, conseqüentemente, de mim? Não existe nada mais pessoal que isso.

(Trecho retirado do diário da autora, setembro de 2020, disponível no podcast *Nada Clara*)

DA JANELA, MUITAS FAVELAS

Enquanto escrevo, a janela de minha casa vira um quadro de muitas favelas. Elas compõem o bairro que me acolheu nos últimos dois anos, lugar que é palco da Feirinha da Pavuna — declarada patrimônio cultural imaterial da cidade em 2014 —, uma das mais famosas do Rio de Janeiro, com seus barulhos e aromas tão característicos. Do alto, consigo acompanhar o trem desaparecendo na paisagem e escutar a mistura do samba com funk que os vizinhos colocaram enquanto conversam no portão.

A música e outras linguagens artísticas, como o grafite, por exemplo, são manifestações fortes da Pavuna, na Zona Norte do Rio de Janeiro, que mobilizam produtores e agentes culturais também nas favelas da região. É por isso que, durante a pandemia de covid-19, estes profissionais se viram convocados a responder às próprias demandas e às da comunidade local antes mesmo que políticas públicas dessem conta de algo.

A pandemia inaugurou muitos desafios para várias categorias, especialmente para a da cultura, por não serem, inicialmente, contempladas pelo auxílio emergencial. Tal circunstância foi agravada, já que ao longo dos últimos anos vinha acontecendo o sucateamento de políticas e instituições públicas, à medida que a agenda de aprofundamento das desigualdades avançava, em especial para as iniciativas das favelas e periferias, cujos territórios sofriam com a falta de renda que se somaram à falta ou deficiências dos serviços essenciais.

Mesmo com tantos desafios, essas experiências podem ser encaradas como aprendizados, pois foi em 2020 que a reorganização radical das ações precisou ser feita por parte de produtores, artistas e gestores da cultura.

Apesar do cenário caótico e cheio de incertezas, com fechamento dos equipamentos culturais, suspensão de projetos e cancelamento de agendas, o campo da cultura foi essencial na realização de ações humanitárias locais, principalmente em territórios populares. O 13º Mapa Social do Coronavírus revela experiências das organizações e coletivos de cultura mapeadas no Rio de Janeiro em ações de solidariedade voltadas tanto



Pavuna

para a segurança alimentar, como também aquelas direcionadas a reduzir a transmissão do vírus.

Os temas saúde e cultura me atravessam pessoalmente, em diferentes níveis de afetação. Em primeiro plano, porque estou como graduanda da saúde e, enquanto finalizo os estudos, permaneço trabalhando no setor da cultura. Ao longo desta escrita, fui compreendendo que a inspiração veio da possibilidade de tratar algo que não está externo a mim, alheio às minhas próprias experiências. Não pretendo me retirar desta escrita e nem ser neutra, ao contrário é uma narrativa em primeira pessoa, pois esta reportagem é o resultado de muitos encontros afetuosos e elaborações pessoais.

'A pandemia atingiu a todos!', informou a TV. Mas é a empregada que, de um dia para outro, sem nenhum aviso prévio, vai precisar se virar para manter o mínimo. E eu? Eu tô aqui lembrando que ontem li uma reportagem que, estrategicamente, culpou as atitudes irresponsáveis dos moradores das periferias que estão se aglomerando nos bailes e bares pelo aumento de morte no RJ.

- Afinal, não estamos vivendo uma pandemia?

- O que passa na cabeça desse povo?

- Depois reclama quando não tiver vaga nos hospitais...

Respondo: para o pobre, para o favelado, o medo de sair de casa e enfrentar a rua não é novidade. Quem convive com as balas perdidas, desaparecimentos

de corpos, falta de acesso ao mínimo, aprendeu a ser friamente pragmático: enfrentar a morte ou morrer de fome.

(Trecho retirado do diário da autora, dezembro de 2020, disponível no podcast Nada Clara)

A CONVERSA COM THAÍS

Ainda que o tempo de isolamento social de 2020 e 2021 tenha me gerado alguns lapsos de memória, por conta das situações limite que vivenciei, ainda tenho o sentimento pulsante de insegurança a qual fui submetida por ser uma mulher preta e moradora de favela: desemprego, solidão, medo, adoecimento, luto.

Por saber que não se trata de uma experiência exclusiva minha e isolada do contexto que pertencço, busquei registrar num diário algumas reflexões produzidas a partir das minhas observações, objetivando compartilhar com quem interessasse. Os escritos se transformaram em outros materiais audiovisuais, episódios de podcast (Diário Pandêmico de uma Favelada, no Spotify) e, mais recentemente, fez parte do portfólio que concorreu no processo seletivo do Observatório de Favelas, para o projeto "Como se proteger do Coronavírus? Programa de Reportagem", como comunicadora popular.

Tenho para mim que a reportagem tem seu rascunho muito antes de qualquer vislumbre de projeto, porque minha história com a Pavuna começou tempos atrás. Quando criança, minha mãe costumava levar eu e meus irmãos mais novos para passar as férias na casa da tia Nina, moradora da Pavuna há mais de 60 anos. Guardo lembranças do cheiro da feira, enquanto o fusca do tio Raimundo atravessava o trânsito estilo [da novela] Caminho das Índias tão típico dali.

Só quem viveu sabe. Minha mãe dizia que qualquer coisa poderia ser encontrada nas ruas e vielas do bairro. Anos depois, esta mesma percepção, de que tudo é possível em terras pavunenses, foi compartilhada pela entrevistada. Thaís Vinhas disse sorrindo logo no início de tudo: "Costumo dizer que Pavuna é meu país. O que você precisar, absolutamente tudo tem nesse lugar!". Começamos nosso primeiro papo falando sobre as experiências culturais da região e a importância para o restante da cidade.

Esta fruição cultural da Pavuna é resultado da diversidade que o território abrange: por ser um ponto estratégico de intensa circulação de pessoas, mercadorias e informações, liga bairros da Baixada Fluminense com a Zona Norte e Centro da cidade. A região ocupa um lugar de destaque no imaginário carioca, em parte construído pela história oral da cultura popular negra, presente nos bailes funks e influências do samba, mas também pela narrativa midiática da pobreza e da violência, sempre associando o território à periculosidade.

Abriga muitas favelas, como os Complexos da Pedreira, do Chapadão, de Barros Filho e o de Acari. Cabe dizer que é um bairro culturalmente e numericamente negro: 62,07% da Pavuna é negra, seja no asfalto (57,07%) ou na favela (68,71%), de acordo com dados levantados a partir do Censo de 2010 por pesquisadores da UFRJ.

A câmera e o gravador nem estavam posicionados quando a entrevista começou. Eram muitos elementos para alinhar: a luz de um dia chuvoso, o som das motos e diálogos sempre presentes na Arena Jovelina Pérola Negra, até em seus dias mais esvaziados. E Thais, sempre sorridente e firme no que diz, deu o tom de nosso encontro. Pavuna realmente é reconhecida por ser um lugar hospitaleiro, por ser terra de muita gente. Entendi rapidamente que era importante que durante a entrevista todos se sentissem em casa.

Foi assim que as horas de entrevista passaram rapidamente e se transformaram numa tessitura, costurada a muitas mãos. A estranheza de estarmos diante de novos papéis se transformou num papo fluido e prazeroso. Thais pôde dizer não estar acostumada a ser a pessoa de frente para aparatos que normalmente costuma manipular nas produções que se envolve e eu, do outro lado, confessei a minha inexperiência como repórter. No final, acredito que estar diante do novo fez toda diferença para a conversa ser encarada como uma troca, fruto de histórias semelhantes, ultrapassando os objetivos técnicos da entrevista.

Thais se autodeclara preta, ela é mãe solo de menina e sua construção de vida a fez retornar para seu território de origem com o objetivo de aproximar os aprendizados adquiridos na sua formação profissional à comunidade a qual desde pequena faz parte. Ela é artista popular, participa de um bloco afro chamado Lemi Ayò, atualmente atua como produtora cultural e compõe a equipe da nova cogestão Arena Jovelina Pérola Negra, o Movimentos de Integração Cultural.

A história de Thais com a cultura começa a partir da influência de sua mãe, que era empregada doméstica e, no tempo de descanso, fazia questão de ocupar teatros, cinemas, exposições etc. Ela acreditava que suas filhas tinham direito de circular nesses espaços, assim como os filhos de seus patrões. Enquanto Thais contava sobre as peças de teatro que assistiu quando pequena, rememorou com carinho as aventuras que vivenciou na companhia de sua mãe e irmã. Na opinião dela, vale a pena as horas de viagem no ônibus 384 e as filas enormes para pegar ingressos gratuitos nas instituições de cultura tradicionais da época, pois esse contato a fez expandir seu ideal de futuro, e influenciou a trajetória de sua carreira profissional.

Enquanto narrava sobre esta parte da história pessoal, juntas constatamos que a realidade cultural do Rio de Janeiro avançou, mas que ainda é muito pouco. A distribuição de equipamentos e ações culturais pela cidade permanece desigual, privilegia significativamente a Zona Sul e bairros do Centro. A existência das arenas, areninhas e lonas culturais, é historicamente estratégica para democratizar a cultura nos territórios periféricos, e carrega a responsabilidade de proporcionar os mais variados encontros entre os sujeitos sociais envolvidos.

Apesar da reconhecida potência cultural carioca, a pandemia evidenciou as consequências do desmonte das ações governamentais que já vinham acontecendo. As eleições que antecederam a pandemia colocaram no poder representantes com perspectivas de gestão cultural conservadoras, com evidente viés ideológico. As arenas cariocas sofreram especial desgaste com a conjuntura política vigente, que nitidamente assumiu um posicionamento negligente frente ao desmonte destes equipamentos culturais durante anos. Thais rememorou o impacto da pandemia para os trabalhadores que sobrevivem da cultura, inclusive os que muitas vezes não são mencionados nas análises envolvendo o campo.

“A pandemia para quem trabalha com a cultura, sendo produtor ou artista, foi uma avalanche, porque a gente teve que parar e se viu obrigada por um motivo muito importante, que era tentar ter o controle da disseminação do vírus. Não só a vida profissional da gente foi atingida e teve este desgaste, a vida pessoal também. E em relação aos trabalhos da cultura, a gente teve que dar uma freada brusca, que não atinge somente nós, profissionais da cultura, pois parar a cultura é parar o vendedor de pipoca que fica lá na frente do espetáculo, é parar também o manobrista... Então é uma cadeia de coisas que foram acometidas.”

(Thais Vinhas, produtora cultural da Arena Jovelina Pérola Negra)

APOIO À CULTURA

Nas favelas e periferias, é comum que os agentes culturais desempenhem o papel de agentes comunitários, reivindicando direitos do território e, conseqüentemente, tendam a se tornar referências para seus moradores. As ações que buscaram reduzir os danos das crises sanitária e sociopolítica só foram possíveis porque a própria população e as representações comunitárias, em parceria



Ana Clara, a autora do texto (à esquerda), e Thais, a entrevistada: encontro afetivo e troca de ideias em um lugar "onde tudo é possível"

RAMON VELLASCO

com as organizações locais, buscaram se responsabilizar pela ineficiência das políticas emergenciais pautadas até aquele momento da pandemia.

Somente no dia 29 de junho de 2020 a Lei 14.017, mais conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB), foi aprovada, com ações emergenciais para o setor cultural no contexto da pandemia. Ela é fruto da mobilização que envolveu a realização de conferências virtuais abertas à participação e escuta popular. Distribuiu, de forma inédita, R\$ 3 bilhões para todos os estados e municípios do país. Seu nome é em homenagem ao compositor morto no mesmo ano em decorrência da covid -19.

Thais falou um pouco sobre a sua experiência nos primeiros meses de pandemia. "Na época, eu estava fazendo parte da produção e atuava como artista do bloco afro Lemi Ayó; e aí surge a Lei Aldir Blanc (LAB), que foi uma das possibilidades de fazer o trabalho. Fomos contemplados para realizar um projeto inter-setorial entre cultura e educação, que precisou ser adaptado. Tinha que atuar dentro das escolas, mas as escolas fecharam. E aí?", conta. Segundo ela, foi preciso se adaptar e "caímos no mundo do virtual". "Foi bom por um lado: a gente se viu diante de um desafio diferente, não estávamos preparados, ainda mais sendo um bloco de percussão afro, em que vivemos de forma diferenciada o contato presencial".

A experiência da entrevista exemplifica como a LAB foi essencial para favorecer o retorno dos profissionais da cultura para suas funções. A partir desta lei, as instâncias municipais formularam a própria política emergencial de enfrentamento às consequências da pandemia. Foi a primeira vez que vários municípios do país tiveram a chance de planejar e executar um orçamento destinado somente à pasta da cultura em seus territórios, favorecendo, de

forma nunca antes vista, a produção cultural das agendas locais. No estado do Rio de Janeiro, apenas três municípios de 92 não aderiram à lei.

Outro projeto de que Thais participou foi mencionado por ela como um exemplo de articulação afinada entre setores da cultura e saúde. O Cola na praça! fez parte de um Hackathon [uma maratona de programação] da Fiocruz. Envolveu uma equipe multiprofissional de saúde e apresentações artísticas e exposições e tinha o objetivo de abordar questões de saúde mental por meio da cultura e da linguagem artística. Assim se configurou um espaço virtual acolhedor e criativo, em que as pessoas que estavam ocupando as trincheiras de uma guerra contra um inimigo invisível puderam humanizar suas experiências e se aproximar do público em geral.

"A gente tinha que desenvolver algum projeto que envolvesse saúde e tecnologia. Era uma plataforma de narrativas onde o profissional de saúde poderia trocar sua expressão artística com o público e até abordar suas vivências nos plantões, o uso constante de equipamentos de proteção, o medo de adoecer e contaminar seus familiares.

A gente percebeu que parte destes profissionais, apesar de não atuarem como artistas ou produtores culturais, eles se expressavam artisticamente."

(Thais Vinhas)

“O fator principal para a cultura existir é a vida. O que tiver que fazer para que a vida seja possível, a gente faz. Acreditamos muito no trabalho intersetorial, pois isso só agrega. Ao mesmo tempo que a pessoa vem fazer o cadastro [nos programas de assistência social], ela descobre que tem um teatro na Pavuna, e que tem yoga, aula de violão, aula de canto... Essa parceria não tem que ser desfeita.”

(Thais Vinhas)



RAMON VELLASCO

ENCONTROS NA ARENA

A Arena Jovelina foi palco de muitos encontros. As ações da arena promoveram a vida na comunidade. Trata-se de um serviço de base territorial, com um histórico de trabalhos colaborativos com as instituições de saúde da região, que costuma receber oficinas, visitas e eventos promovidos pelos moradores do próprio território. Sua atuação facilitou que o equipamento fosse uma das primeiras sedes da campanha de testagem e vacinação de covid-19.

Com a diminuição das restrições de isolamento social e o compromisso de garantir a continuidade da “formação de público”, a gestão da Arena Jovelina buscou estreitar o diálogo com a base. Sendo assim, antes mesmo que as ações intersetoriais propostas pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com os equipamentos culturais fossem implementadas oficialmente, o equipamento se mostrou sensível às demandas de seu público.

“No final de dezembro [de 2021], já estávamos preocupados com a situação de precisar fechar as portas de novo, logo depois da reabertura. Então nós nos colocamos à disposição dos parceiros locais”, conta Thais. A Arena fica a algumas quadras do Centro Municipal de Saúde Dr. Nascimento Gurgel, o que facilitou a ação Cultura a favor da vida.

Em janeiro de 2022, com o aumento dos casos de contaminação, a arena suspendeu algumas atividades, reorganizou agendas e recebeu milhares de pessoas para testagem e vacinação contra a covid-19. Só no primeiro dia, foram mais de 1.200 pessoas para fazer o exame de teste rápido para o vírus. A campanha tinha o objetivo principal de estimular a vacinação infantil e transformar principalmente as arenas cariocas da cidade em braços das instituições de saúde que são referenciadas, oferecendo

programação artística, recreação e distribuição de livros, por exemplo. Iniciativas como estas são fruto de políticas que pensam práticas culturais nas cidades, a partir do reconhecimento das potencialidades do território.

Outros setores públicos importantes seguiram em parceria com a instituição. Além da saúde, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) utilizaram recentemente os dispositivos de comunicação e infraestrutura da Arena para mobilizar os moradores em ações de atualização do CadÚnico e cadastramento nas políticas de assistência do Governo Federal. Este movimento de aproximação com o território da Pavuna não foi unilateral. Enquanto a Arena Jovelina abria suas portas para receber iniciativas locais, o público atendido nas campanhas ficava sabendo das atividades artístico-culturais e de esporte que acontecem semanalmente no espaço.



LEIA A MATÉRIA COMPLETA NO SITE

* Ana Clara Xavier é produtora e mobilizadora cultural. Graduada de Terapia Ocupacional (IFRJ), com pesquisa sobre Saúde Integral da População Negra. Discente fundadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).



RAMON VELLASCO



PARA APRENDER BRINCANDO

Uso de jogos de tabuleiro nas escolas é alternativa lúdica para levar ciência à sala de aula

LUÍZA ZAUZA

Aberta e exposta na mesa está uma célula humana. Dentro dela, uma mitocôndria, um retículo endoplasmático liso e demais organelas. Enzimas, hormônios e material genético também são visíveis, circulando pela estrutura e cumprindo suas funções biológicas. Nada disso, entretanto, está sendo estudado por pesquisadores de jaleco, debruçados sobre microscópios e placas de análise no laboratório. São estudantes reunidos em volta do tabuleiro do jogo Cytosis (Citose, em português), atentos às regras, peças em movimento e cartas em mãos.

Cytosis é “um jogo sobre biologia celular”, diz seu encarte, que simula as funções e os processos realizados pela célula, como metabolismo da glicose, expressão gênica e

respiração celular. Cytosis faz parte de toda uma gama de jogos de tabuleiro modernos que tematizam a ciência e, por isso, funcionam como ferramenta pedagógica.

Aprender brincando é a premissa da chamada educação lúdica, que embasa o uso de jogos em sala de aula. Essa é uma maneira divertida e estimulante de apresentar conteúdos, dialogar com a realidade prática cotidiana e apropriar-se do conhecimento. Ou, até mesmo, uma alternativa dinâmica aos métodos de aula tradicionais, meramente expositivos e individualizados.

“Quando trabalhamos com jogos, estamos estimulando a parte afetiva e emocional. Temos o envolvimento direto do aluno”, diz Carolina Spiegel, professora da pós-graduação de



No Timeline Brasil, as cartas formam uma linha do tempo da nossa história

TOMASZ-BOGUSZ

Ensino de Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) e coordenadora dos projetos de extensão “Jogos no Ensino de Ciências” e “Jogos para o Ensino de Biologia Celular e Biotecnologia”.

O jogo garante a participação e o aprendizado coletivos, estimulando aptidões como a socialização, o diálogo, o respeito às regras e a maturidade emocional para perder, vencer e lidar com frustrações. Mas não só isso, diz a pesquisadora. “Quando você joga, você pode errar. E normalmente no processo de ensino e aprendizado, o erro é visto como um problema”, aponta Carolina.

“Na escola, estamos sempre ressaltando: tirou 9,5 ou 5,4 na prova. É sempre o que você não fez, o que você errou. E de repente, no jogo, isso não tem importância”. O que importa, ressalta a professora, são as oportunidades para que o aluno pense e reveja estratégias, engaje-se com os outros colegas e resolva problemas incitados pela mecânica da brincadeira.

MEMÓRIA DO JOGO

Nossa relação com os jogos é ancestral e fortemente cultural. Para os egípcios, em especial os faraós, uma partida de Senet representava o caminho de migração da alma para a outra vida após a morte. Com o Mancala, de origem africana e um dos jogos mais antigos que se tem registro, desafiava-se as habilidades matemáticas e agrícolas dos dois oponentes, que precisam semear e capturar as sementes do adversário.

A lista é extensa: até mesmo o movimento sufragista, em luta pelo voto feminino no início do século 19 na Inglaterra, produziu o jogo Suffragetto com o objetivo de representar seu ativismo e expandir as suas ideias protofeministas.

São tradicionais as associações do jogo com a experiência cultural humana, seja religiosa e mítica, social e política. Com

a prática científica não seria diferente. Assim como o Cytosis, inúmeros outros jogos possuem a ciência como temática e servem como proposta educativa. Evolution — sobre a adaptação das espécies — e Kariba — sobre cadeia alimentar — são alguns exemplos.

Matérias como a matemática, a história e a geografia também estão presentes no universo dos jogos de tabuleiro. Timeline, por exemplo, propõem que os participantes organizem as cartas em ordem cronológica. Cada carta, por sua vez, possui um evento histórico ou invenção humana importante. O objetivo do participante é colocar esses acontecimentos em ordem correta numa linha do tempo. Uma versão com fatos históricos do Brasil, chamado Timeline: Brasil já existe e, de maneira divertida, pode ajudar o professor a introduzir, expandir e reforçar os conteúdos.

“Duvido que se eu tivesse dado uma aula expositiva, quatro anos depois eles iriam se lembrar do que foi trabalhado”, provoca Carolina ao contar sobre os alunos que a encontram e recordam da sua presença, do conteúdo e dos jogos apresentados por ela em sala de aula. “Talvez você não trabalhe tantos conteúdos, mas a qualidade deles, o quanto, de fato, teve de aprendizagem significativa, e o que vai ser levado para a vida por causa dessa experiência é diferente”, sustenta.

Diante de uma experiência lúdica, principalmente a que envolve jogos, é necessário, antes de tudo, estar preparado para os imprevistos e bem fundamentado nos seus objetivos pedagógicos. “O professor precisa conhecer sua turma e saber como incluir todos os alunos naquela atividade”, aponta Carolina, ressaltando ainda a necessidade de ajustar e adaptar atividades para a inclusão de alunos com deficiência nas ocasiões de aprendizado.

O desafio surge ainda devido ao caráter individual da ludicidade. “O que é lúdico para um, não necessariamente é

“ Duvido que se eu tivesse dado uma aula expositiva, quatro anos depois eles iriam se lembrar do que foi trabalhado ”

para o outro. Tem gente que odeia jogo, logo essa vivência não vai ser lúdica para ela. Jogar é um ato voluntário. Você não pode forçar o aluno a entrar naquele universo. Nós temos que respeitar e pensar em estratégias diversificadas, em outras atividades, como um teatro, um filme e um júri simulado”, explica.

BRINCADEIRA É COISA SÉRIA

Os cuidados não param por aí. Se cabe ao professor defender e compreender os limites de suas práticas pedagógicas em sala de aula, fora dela essa atenção e convencimento são indispensáveis. “Não é toda escola que dá liberdade para o professor. Além disso, não é apenas a escola, é a comunidade escolar, ou seja, os pais que pressionam para que se trabalhe mais e mais conteúdo”, afirma Carolina.

Embates são comuns, por isso, a chave é fundamentar a atividade lúdica por meio de um planejamento educacional e conhecimentos embasados na utilidade dos jogos. Carolina cita o caso de um professor que, ao aplicar um jogo de RPG em sala, foi confrontado pelos familiares religiosos de algumas crianças que associavam o game à prática e ao imaginário do satanismo. As preocupações dos pais, por sua vez, foram refutadas pelo professor que, com um discurso embasado, argumentou sobre os preconceitos contra o RPG.

“É importante convencer as famílias, trazer esse trabalho para elas. É um trabalho de formiguinha”. Para a professora e pesquisadora, a resistência dos familiares (e até do corpo docente e pedagógico da escola) nasce de uma falta de repertório lúdico. Segundo ela, se somente

conhecemos um tipo de método, nesse caso, o expositivo, tendemos a defendê-lo, uma vez que esse é o modelo que nos foi ensinado. “Os educadores vivenciarem experiências lúdicas na sua formação propicia que eles sejam também professores lúdicos. Essa característica não é inata, ela tem que ser desenvolvida”, aponta.

Vivenciar o lúdico, nesse sentido, é crucial para a aceitação da comunidade escolar e o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas. É com esse intuito que a Escola Oga Mitá, na Tijuca, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, aos finais de semana, promove o evento Joga Mitá, em que as famílias são convidadas a conhecerem os jogos e brincarem com os filhos e professores.

Nele, inclusive, comenta Carolina, foi testado pela primeira vez o jogo em desenvolvimento ‘Ciclo do Poder’, pensado pela pesquisadora da Fiocruz, Rafaela Bueno, e que tematiza a menarca, a primeira menstruação de uma mulher. “O jogo fala de assuntos que são tabus, e eventualmente difíceis de serem colocados. A menstruação é um desses temas e ele [o jogo] partiu da percepção da Rafaela Bueno com a filha adolescente. Ela identificou que as amigas da filha não sabiam coisas básicas. Faltava informação”.

Com seus orientandos, alunos e colegas, Carolina viu nascer diversas experiências lúdicas de aprendizado. Desde um RPG sobre os determinantes sociais, econômicos e políticos das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, até um Escape Room [jogo presencial com desafios e enigmas] sobre a história da vacina da varíola no Brasil. A pesquisadora já desenvolveu alguns: “Em paralelo com o mestrado, desenvolvi o Célula Adentro, um jogo baseado na solução de problemas nos quais existem pistas que ajudam o aluno a resolver e apresentar uma solução”, conta.

O jogo envolve a resolução de casos sobre biologia celular e pode ser brincado em cooperação ou competição. Além disso, o conjunto de regras, tabuleiro, cartas e peões do Célula Adentro estão disponíveis online para baixar e imprimir em casa.

Sua outra criação, Fome de Q?, segue esse mesmo modelo, chamado “imprima e jogue” (Print and play, em inglês), e trata de assuntos de nutrição e saúde. Esse tipo de jogo possui baixo custo e um amplo alcance, indica Carolina. Por conta dessas características, é mais acessível levar e testar os jogos em múltiplas realidades escolares.

“Sou uma defensora de que os jogos precisam estar presentes nas escolas — e em qualquer escola”, afirma. Mas adverte: “Tem que desenvolver [o jogo] avaliando seu público. Não adianta fazer um jogo e depois falar ‘aquele vai servir para a escola pública’. Não, tem que pensar que escola pública é essa? Estadual, municipal? Elas são muito diferentes entre si”.

Uma dificuldade de leitura e interpretação de texto dos alunos pode ser um empecilho para a apresentação de algumas experiências lúdicas. Da mesma forma, a falta de infraestrutura da escola pode impedir a aplicação de novas propostas didáticas. Além disso, os jogos educativos não são classificados como livros didáticos pelas regras fiscais, logo não são isentos de tributação. “Quem sabe um dia a gente consiga pensar em um Plano Nacional de Jogos Didáticos, e que as escolas tenham ludotecas onde esses jogos estejam disponíveis”, sonha Carolina. 

■ Estágio supervisionado

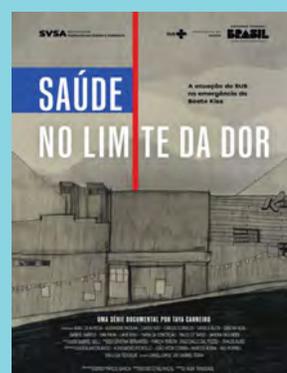


APS em contextos remotos

Atenção Primária à Saúde em Municípios Rurais Remotos no Brasil (Editora Fiocruz) busca compreender as particularidades dos contextos rurais remotos brasileiros, tendo em vista a organização e provisão da Atenção Primária à Saúde (APS), alinhada aos princípios basilares do SUS. O livro é fruto do esforço do Grupo de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde, do qual participam Márcia Cristina Rodrigues Fausto e Ligia Giovanella, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), além de Patty Fidelis de Almeida, Adriano Maia dos Santos e Aylene Bousquet. A obra estimula a reflexão acerca de realidades tão singulares e pouco exploradas, por vezes invisibilizadas e não dimensionadas no financiamento, no planejamento e na execução de políticas públicas.

O SUS E A TRAGÉDIA DA BOATE KISS

Saúde no Limite da Dor é uma série documental produzida pelo Ministério da Saúde que aborda a atuação dos profissionais de saúde no incêndio da Boate Kiss, ocorrido em 2013, em Santa Maria (RS). A série foi dirigida pela ativista e comunicadora Taya Carneiro, falecida em junho de 2023, e é um material educacional para os cursos do Programa de Formação em Emergências em Saúde Pública (Profesp), do Departamento de Emergências em Saúde Pública (Demsp) da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA). São três episódios que retratam a resposta do SUS a mobilização dos profissionais de saúde, as ações de acolhimento às vítimas e familiares, a gestão de saúde e a logística no local, além das lições aprendidas e mudanças implementadas após a tragédia. A série está disponível no canal do Ministério da Saúde no YouTube. Acesse: <https://bit.ly/saudenolimitedador>.



PROTEÇÃO DE DADOS

A proteção dos dados pessoais é um tema crucial para o controle social da saúde nesses tempos de capitalismo de vigilância em que há uma troca constante da privacidade dos indivíduos por serviços. Organizado por Angélica Baptista Silva e Francisco José Aragão Pedroza Cunha, o livro Lei Geral da Proteção de Dados e o Controle Social da Saúde (CNS/Rede Unida) traz um panorama da LGPD e é dividido em três eixos que exploram como sua aplicação é possibilitada no controle das epidemias; no cuidado das pessoas com deficiência; na garantia do cuidado à saúde de mulheres, idosos, indígenas e LGBTI+; na assistência farmacêutica; na ética em pesquisa; entre outros importantes nichos do controle social. Disponível em acesso aberto no site da editora. Para acessar: <https://bit.ly/livrolgpdsaude>.

ACS E A SAÚDE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resultado de um trabalho coletivo, o Guia Para o Cuidado à Saúde das Pessoas Com Deficiência: Orientações para o ACS tem o objetivo de melhorar o atendimento da atenção primária à saúde para essas pessoas, com foco em como o trabalho dos agentes comunitários de saúde pode ajudar a combater o capacitismo. A cartilha recomenda o envolvimento em atividades comunitárias e espaços públicos como um dos caminhos para enfrentar a invisibilização de pessoas com deficiência. Acesse: <https://bit.ly/guiapcdacs>.



MARCO TEMPORAL: O NOVO CAPÍTULO DA COLONIZAÇÃO

ISABELLA KARIRI*

A demarcação dos territórios indígenas ultrapassa as fronteiras que dividem a terra e o “ser humano”. Ao se discutir direito ao território, é preciso entender esse espaço como um lugar de manutenção de línguas, saberes e tradições. É a partir da terra que nações se formaram e puderam, aquelas que resistiram à colonização, perpetuar suas identidades.

Entretanto, corpo e território foram dissociados pelas caravanas que chegaram à terra Brasil. Para os estrangeiros, ao contrário das cosmovisões originárias, os recursos naturais são vitais apenas para o mercado, onde elas podem ser expropriadas e usurpadas como produtos. Esse projeto que segue em curso nos dias atuais presenteou aqueles que ocupam e protegem esses biomas, com a perseguição sistemática do Estado que marca violentamente territórios, pessoas e a sua história.

O Estado, ao longo dos séculos, participou do genocídio dos povos indígenas do Brasil, por omissão ou por intervenção. Diversas nações indígenas foram violadas tendo sido mortas e seus sobreviventes obrigados a dispersarem-se para outros territórios apenas retornando, em períodos mais recentes, através de retomadas de seus territórios e, portanto, de suas cosmovisões e modos de vida. Após a homologação da Constituição de 1988, que define que: (...) “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens”, ataques são direcionados a essa população, ainda que por meios legais.

O Brasil tem um pacto com o agronegócio, que permeia a política e representa os interesses dos herdeiros da colonização. Hoje, está em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), a tese jurídica do marco temporal. Essa tese anti-indígena foi nomeada pela deputada federal Célia Xakriabá como genocídio legislado. Isso porque defende que apenas serão demarcados os territórios que já eram ocupados ou disputados na data de 5 de outubro de 1988.

O marco temporal apareceu em 2009 em parecer da Advocacia-Geral da União sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em 2003, iniciou-se uma disputa pela terra dos Xokleng quando foi retomada a Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ Xokleng, sendo uma parte dela reivindicada pelo governo de Santa Catarina para agricultores não indígenas. A justificativa no STF é a não ocupação antes de 1988, mesmo sendo de conhecimento a dispersão dos sobreviventes da nação xokleng no episódio do genocídio de seu povo.

A decisão ignora todo o processo histórico de violência contra os povos indígenas. As terras ancestrais reivindicadas fazem parte da história e cultura de povos que tiveram suas raízes arrancadas à força. É calculado que, caso a tese seja aprovada, cerca de 95% dos 375 povos em território nacional sejam afetados e fiquem em estado de extrema vulnerabilidade. As disputas territoriais matam dezenas de indígenas por ano, seja por grileiros, mineradores, madeireiros, fazendeiros ou por vulgar negligência. O que esperar caso essas mortes sejam novamente respaldadas pelas instituições governamentais?

Não serão apenas os povos originários do Brasil que serão atingidos caso a tese do marco temporal passe no STF. Dados do Banco Mundial, de 2016, revelam que os indígenas representam 5% da população, mas são responsáveis pela preservação de cerca de 80% da biodiversidade. Defender a demarcação dos territórios indígenas é também defender a natureza como um sujeito de direitos, que deve ser preservado, para que possamos pensar o futuro das próximas gerações.

Por fim, devemos nos perguntar, a partir do que indica o pesquisador Eduardo Viveiros de Castro: “Em que tipo de mundo, em que regime de Terra, queremos viver? Não se trata apenas de responder à questão com argumentos científicos, mas sim de tomar decisões existenciais, isto é, políticas”. Dessa forma, devemos entender e reproduzir as estratégias dos indígenas, chamados por ele como especialistas em fim de mundo. “Nós, que agora estamos no início do processo de transformação do planeta em algo parecido com a América do século 16: um mundo invadido, arrasado e dizimado por bárbaros estrangeiros, no caso, nós mesmos”. Um importante passo para fazer valer a autodeterminação dos povos e desafiar o Estado e o mercado é dizendo não ao marco temporal para defender os direitos originários. 

LEIA O TEXTO COMPLETO NO SITE

Observação de Radis: O texto de Isabella Kariri foi escrito com exclusividade para Radis antes da decisão do STF contra o Marco Temporal (em 21/9). Contudo, o assunto permanece em disputa no Legislativo [Leia na página 8 e nas próximas edições].

■ ISABELLA KARIRI É INDÍGENA DA ETNIA KARIRI, ESTUDANTE DE CIÊNCIA POLÍTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO) E BOLSISTA PIBIC DO NEEPE/ENSP/FIOCRUZ, EM PROJETOS DE PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE INDÍGENA, ALÉM DE FOTÓGRAFA E COMUNICADORA ATIVISTA.



DOE UMA SEGUNDA CHANCE

Doe órgãos

Converse com sua família

No Brasil, mais de **40 mil pessoas** aguardam por um transplante de **órgão**. Cada vez que uma família diz sim a doação de órgãos, elas doam uma segunda chance. **Seja um doador**. Converse com sua família, somente ela pode autorizar a doação.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO